



1º Seminário de pesquisa em

Arquivologia

da **UFBA**

— 27 a 31 de julho de 2015 —

Caderno de Resumos e Programação

PROGRAMA E CADERNO DE RESUMOS

**27 a 31 de julho de 2015
Salvador/BA**

Universidade Federal da Bahia

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-Reitor

Paulo César Miguez de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação

Olival Freire Junior

Coordenadora de Pesquisa

Lígia Maria Viera da Silva

Diretora do Instituto de Ciência da Informação

Hildenise Ferreira Novo

Vice-Diretora

Henriette Ferreira Gomes

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Zeny Duarte

Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da

Informação

Ana Paula de Oliveira Villalobos

Comissão Organizadora

Adriana Sousa Silva

Ana Cláudia Lima Cupertino

Gillian Leandro de Queiroga Lima

Maria Teresa Navarro de Britto Matos (Coordenadora)

Comissão Científica

Aurora Leonor Freixo

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Gillian Leandro de Queiroga Lima

Jussara Borges de Lima

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Rodrigo França Meirelles

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

I SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA DA UFBA. Programação e caderno de resumos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, 2015. 96p.

ISBN: 978-85-8292-047-3

1.Arquivologia 2.Arquivologia-Brasil-Pesquisa. I.Seminário de Pesquisa em Arquivologia. II.Universidade Federal da Bahia. III. Instituto de Ciência da Informação.

Sumário

Apresentação	05
Programação	07
Conferências	11
Workshop	13
Mesas Redondas	13
Comunicações	35

Apresentação

O I Seminário de Pesquisa em Arquivologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui em um evento promovido pelo Instituto de Ciência da Informação (ICI)/ UFBA. O Seminário foi possível devido ao apoio dos seguintes instituições/órgãos: Associação dos Arquivistas da Bahia; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Editora da UFBA; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB); Arquivo Público do Estado da Bahia/Fundação Pedro Calmon/ Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) UFBA. Além dos Grupos de Pesquisa Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) e Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC).

Até o presente momento, o resultado das pesquisas na área de Arquivologia desenvolvidas no âmbito do Estado da Bahia tem sido apresentado, notadamente, em eventos promovidos e organizados, nacional e internacionalmente.

O percentual de professores e estudantes do Curso de Graduação em Arquivologia, ministrado pelo ICI/UFBA, integrados a projetos de pesquisa, além de estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) dedicados a objetos de estudo na citada área, revela um crescimento significativo. Realidade que conduziu a comunidade arquivística local a considerar a possibilidade de criar um fórum com vistas a estimular o debate sobre a pesquisa em Arquivologia, mediante a interlocução entre docentes, discentes (iniciação científica, mestrado e doutorado) e profissionais que atuam na área.

Acompanhar a evolução dessa trajetória é fundamental para possibilitar uma demarcação da área, sobretudo, para subsidiar a construção de uma cons-

ciência coletiva da comunidade arquivística representada por discentes, docentes e pesquisadores na UFBA.

A programação do Seminário encontra-se estruturada em conferências, mesas redondas, sessões de comunicação e *workshops*. Além de prever um lançamento coletivo de livros pela Editora da UFBA e da exposição “Registros de Pesquisas na Área de Arquivologia por meio de Dissertações do PPGCI/UFBA”.

As conferências, em número de quatro, destacam questões estratégicas de interesse de pesquisa para a Arquivologia. A de abertura “As responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista”. No dia 28/07 “As associações profissionais de arquivistas: desenhando um cenário global”. Em 29/07 “Epistemologia: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia” e 30/07, “Dimensões da metodologia da pesquisa: estrutura e normas”.

As mesas redondas, nominadas na programação, abordam diversas questões específicas relativas às políticas de pesquisa na UFBA e a inserção da Arquivologia no âmbito do PPGCI/UFBA e dos Grupos de Pesquisa vinculados ao mesmo. Somam-se, ainda, os relatos de experiências de pesquisa de discentes e docentes, além de apontar possibilidades de divulgação da produção acadêmico-científica em Arquivologia na UFBA.

As sessões de comunicação reúnem vinte e seis resumos expandidos. Os resumos foram publicados como enviados pelos respectivos autores, sem qualquer revisão ortográfica ou de linguagem por parte da Comissão Científica.

Os *workshops* tratam de assuntos relevantes voltados ao universo de pesquisa.

Desejamos aos participantes que o **I Seminário de Pesquisa em Arquivologia da UFBA** represente um momento de reflexão com vistas a fortalecer o espaço da área de Arquivologia.

Bom trabalho!

Comissão Organizadora

I Seminário de Pesquisa em Arquivologia da UFBA

Programação

27/07/2015	Segunda-Feira
18h00 às 19h00	CREDENCIAMENTO
19h00 às 19h30	SOLENIDADE DE ABERTURA
19h30 às 22h00	CONFERÊNCIA DE ABERTURA <i>As responsabilidades éticas e cidadãs na formação do arquivista</i> Heloísa Liberalli Bellotto (USP) Coordenação: Maria Teresa N. de Britto Matos (ICI/UFBA)
28/07/2015	Terça-Feira
8h30 às 12h30	Sessão de Comunicações 1 Coordenação: Adriana Sousa Silva (APEB/FPCSecult)
12h30 às 14h00	Intervalo
14h00 às 17h00	MESA REDONDA 1 <i>Políticas de pesquisa na UFBA</i> Coordenação: Hildenise Ferreira Novo (ICI/UFBA)

*As políticas de pesquisa da Pró-Reitoria
de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA*
Lígia Vieira (PROPCI/UFBA)

*A Arquivologia e o Programa de Pós-graduação em Ciência
da Informação da UFBA*
Zeny Duarte (PPGCI/UFBA)

16h00 às 18h00
PELA EDUFBA

LANÇAMENTO COLETIVO DE LIVROS

18h00 às 19h00

Intervalo

19h00 às 22h00

CONFERÊNCIA I

*As associações profissionais de arquivistas: desenhando um
cenário global*

Didier Grange (CIA)

Coordenação: Gillian Leandro de Queiroga
Lima (ICI/UFBA)

29/07/2015

Quarta-Feira

8h30 às 12h30

Sessão de Comunicações 2

Coordenação: Ana Claudia Lima Cupertino
(APEB/FPC/Secult)

12h30 às 14h00

Intervalo

14h00 às 17h00

MESA REDONDA 2

*A Arquivologia nos grupos de pesquisa vinculados ao
PPGCI/UFBA*

Coordenação: Maria Isabel Barreiras
(ICI/CAPEX)

Maira Sales (DCAS)

Edvaldo Souza (GPS)

Rodrigo Meireles (GEPICC)

Solenar Nascimento (CRIDI)

Sérgio Franklin (GEINFO)

Samir Kalil Lion (G-ACERVOS)

Ademir Silva (GEPAS)

- 16h00 às 18h00 **EXPOSIÇÃO** na parede **GALERIA** do **ICI**
*Registros de pesquisas na área
 de Arquivologia por meio de dissertações
 do PPGCI/UFBA*
 Curadoria: José Roberto Dias
 (APEB/FPC/SecultBA)
- 18h00 as 19h00 Intervalo
- 19h00 as 22h00 **CONFERÊNCIA II**
*Epistemologia: Arquivologia, Biblioteconomia
 e Museologia*
 Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG)
 Coordenação: Sérgio Franklin Ribeiro da Silva
 (ICI/UFBA)
- 30/07/2015** Quinta-Feira
- 8h30 as 12h30 **WORKSHOP 1**
*Os arquivos e a “construção de saberes”: um devaneio
 epistemológico da teoria a pratica*
 Luiz Eduardo Ferreira da Silva (UFPA)
- 12h30 às 14h00 Intervalo
- 14h00 às 16h00 **MESA REDONDA 3**
*Relatos de experiências de pesquisa nos grupos de pesquisa
 vinculados ao PPGCI/UFBA*
 Coordenação: Aida Varela Varela (ICI/CEP)
- Daniel Branco (Mestrando PPGCI/UFBA)
 Gillian Queiroga (Professor ICI/UFBA/PPSUS)
 Luciano Santos (Mestrando PPGCI/UFBA)
 João Chagas (Bolsista CNPq AT A1/CRIDI)
 João Victor Pereira (Bolsista FAPESB Mestrando
 PPGCI/UFBA)
 Sônia Ferreira (Mestre em CI)
- 16h00 às 18h00 **MESA REDONDA 4**
Divulgando a Produção Acadêmico-Científica

em Arquivologia da UFBA
Coordenação: Nídia Lienert Lubisco
(ICI/UFBA)

Lídia Brandão Toutain
(Editora Ponto de Acesso)
Flávia Goulart Garcia Rosa
(Diretora EDUFBA)
Herbet Menezes (Presidente AABA)

18h00 às 19h00

Intervalo

19h00 às 22h00

CONFERÊNCIA III

Dimensões da metodologia da pesquisa: estrutura e normas
Edivaldo Boaventura (Professor Emérito da UFBA)
Coordenação: Rodrigo Fortes de Ávila
(ICI/UFBA)

31/07/2015

Sexta-Feira

8h30 às 12h30

WORKSHOP

Pesquisando em bases de dados bibliográficas
Flávia Ferreira (BUS-SIBI/UFBA)

12h30 às 13h30

ENCERRAMENTO

Caderno de Resumos

CONFERÊNCIAS

AS RESPONSABILIDADES ÉTICAS E CIDADÃS NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

Heloísa Liberalli Bellotto

Professora/USP

A formação universitária do arquivista, além de proporcionar-lhe conhecimento teórico, metodológico e prático acerca dos arquivos, deve abordar a ética profissional e as relações da profissão com a cidadania e deve incluir a compreensão dos objetivos e da dimensão que a Arquivologia tem dentro da sociedade na qual o profissional vai atuar.

AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS DE ARQUIVISTAS: DESENHANDO UM CENÁRIO GLOBAL

Didier Grange

Conselheiro Especial/CIA

Sejam elas locais, nacionais, temáticas ou internacionais, pequenas ou grandes, as associações profissionais contribuem de modo significativo ao desenvolvimento da profissão e da arquivística em geral. Se existiam poucas associações de arquivistas antes da segunda guerra mundial, existem hoje pouco mais de 1300 associações no mundo inteiro. Mesmo que vigoroso, o fenômeno associativo não é muito conhecido e quase nunca foi estudado. Algumas questões essenciais demoram ainda sem respostas: quando e porque

nasceram as primeiras associações de arquivistas? Como estão organizadas e quais suas atividades concretas? Quais são as suas principais contribuições para a profissão, e quais seus papéis no cenário internacional? E afinal, quais serão seus desafios futuros? A palestra a ser apresentada tentará responder estas diferentes perguntas de modo sintético, desenhando um retrato global do fenômeno associativo.

DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, MUSEOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Alberto Ávila Araújo

Professor/UFMG

Atualmente muitas iniciativas institucionais e práticas têm se dado a partir da aproximação entre princípios da arquivologia, da biblioteconomia, da museologia e da ciência da informação. Além disso, também no campo teórico, conceitos e metodologias comuns vêm sendo desenvolvidos. O objetivo da apresentação é ressaltar e problematizar essas aproximações que vêm acontecendo tanto no ambiente profissional quanto no de ensino e pesquisa.

DIMENSÕES DA METODOLOGIA DA PESQUISA:

Estrutura e Normas

Edivaldo Boaventura

Professor emérito da UFBA

A metodologia da pesquisa será vista em três dimensões. Primeiramente, os elementos do projeto de pesquisa, sobressaindo à investigação científica como solução de problemas. Seguem-se: hipótese, questões norteadoras, o alcance dos objetivos, busca da fundamentação teórica e opção da metodologia. A segunda dimensão é a estruturação lógica do trabalho acadêmico com abordagens integradas, dedutivas e indutivas, segundo autores clássicos como Descartes, Popper e outros. A terceira e última dimensão é a redação e normalização do trabalho acadêmico, considerando também a ética.

WORKSHOP

OS ARQUIVOS E A “CONSTRUÇÃO DE SABERES”: Um Devaneio Epistemológico da Teoria à Prática Arquivística.

Luiz Eduardo Ferreira da Silva

Professor UFPA

Diante da evolução em que a Arquivologia vem passando ao longo das últimas décadas é preponderante revisitar as alianças epistemológicas que a Arquivística fez durante esse período. Contudo, é primordial analisar o arquivo como “construção saber”, principalmente na tentativa de ecoar uma discussão em detrimento ao “descaso” em que os arquivos brasileiros são postos.

MESAS REDONDAS

M1. POLÍTICAS DE PESQUISA NA UFBA

A ARQUIVOLOGIA E O PPGCI / UFBA

Zeny Duarte

Professora Associada ICI/UFBA

Refletir sobre a preparação do profissional arquivista capaz de produzir e difundir conhecimentos e de buscar o aprimoramento constante através da educação continuada em cursos de mestrado e doutorado. Atualmente o PPGCI / Ufba apresenta-se avaliado pela Capes com o conceito 4. O PPGCI / Ufba, em amplitude renovada de estudos, atinge o auge da interdisciplinaridade perscrutada em marcos na área e na cooperação entre instituições e países. Eventos científicos contemplam temáticas da arquivologia, a exemplo do Medinfor, do ABM, do SBA, da Reparq, do Cinform e até mesmo do Enancib. O doutorado em ciência da informação do PPGCI / Ufbafoi aprovado pela Capes em dezembro de 2010 e implementado no segundo semestre de 2011. Diante deste quadro, faz-se urgente a inserção dos bacharéis em arquivologia no mestrado e doutorado do PPGCI / Ufba e de outros programas comparáveis. Há um número reduzido de

ingressos de arquivistas nas seleções de mestrado e doutorado em ciência da informação, este é uma realidade nacional.

M2. A ARQUIVOLOGIA NOS GRUPOS DE PESQUISA VINCULADOS AO PPGCI-UFBA

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E APROPRIAÇÃO DE SABERES: Acesso e Uso da Informação na Sociedade

Maíra Salles de Souza

Mestranda em Ciência da Informação PPGCI-UFBA

O Grupo de Pesquisa *Difusão do Conhecimento e Apropriação de Saberes: acesso e uso da informação na sociedade* está sob a coordenação da Professora Doutora Katia de Carvalho (líder) e Professora Mestre Ivana Lins (vice-líder), ambas pertencentes ao quadro docente do Instituto de Ciência da Informação – ICI/UFBA, e conta com a participação de 14 integrantes: pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação. Teve início voltado para a disseminação da informação de fundamental importância para construção do conhecimento e conseqüentemente para a formação de cidadãos.

Assim, os saberes chegam ao seu destino último pela apropriação de sentidos da sociedade, que ao longo do tempo geram e acumulam saberes devendo disponibilizá-los a todos indistintamente. Informação e conhecimento representam o cerne da sociedade atual e foca a aceleração de processos comunicacionais, o aprendizado de forma contínua e o uso das tecnologias da informação que influenciam as relações de tempo e espaço.

A socialização do saber depende da construção do conhecimento mediante a transferência da informação em diferentes contextos por meio do impresso e do eletrônico, sendo que a leitura permanece cumprindo o seu papel que se inicia na relação do indivíduo com os signos e com a informação e conhecimento, lembrando a importância desse campo de estudo para a difusão incluindo a mediação humana da informação. A informação em qualquer suporte impresso e eletrônico leva ao acesso a novos conhecimentos, sendo que o aprendizado baseia-se na inovação e na criatividade, contribuindo a acumulação de conhecimentos. Este universo é representado pelos estudos de: usuários, interesse de mercado, perfis, comportamento face ao uso da informação mediante a organização

da informação. Faz-se necessário conhecer o ambiente, ressaltar valores, crenças da organização, contextos e cultura organizacional.

Com a intenção de articular a graduação e a pós-graduação através da pesquisa, observa-se um maior desempenho no aprendizado que se obtém com o desenvolvimento da pesquisa, além do estudo que abre caminhos para o conhecimento (sala de aula) e pela leitura sistemática.

O GP preocupa-se com as *metodologias* que são utilizadas a depender dos projetos que são desenvolvidos pelos alunos (integrantes do grupo). Deste esforço, vale ressaltar a publicação do GP, *O ideal de disseminar: novas perspectivas, outras percepções*, sob a coordenação da líder, reunindo artigos que abordam a disseminação do conhecimento nas unidades de informação e nas academias, passando pelo eixo das transformações científicas, sendo a informação o cerne do problema. Contribuí com as áreas de Ciência da informação, Biblioteconomia e Arquivologia, provocando novos questionamentos, resgatando a memória e incentivando a pesquisa científica. Este livro foi recebido pela área com muito apreço, sendo selecionado para constar da relação de obras distribuídas as bibliotecas públicas do Sistema.

Entre as *atividades e publicações* que integram a ação dos professores, artigos em revistas da área e a coordenação de um número da Revista Ponto de Acesso. Neste ano, destaca-se a Presidência e organização do 3º Colóquio Internacional da Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação – Rede MUSSI, em Salvador-BA, de 10 a 12 de novembro de 2014, com a participação de pesquisadores brasileiros, franceses, portugueses e colombianos. Os textos dos autores convidados e apresentados no 3º Colóquio compõem o próximo número da *Revista Tempo Brasileiro* publicada no Rio de Janeiro. A citada Revista (no prelo) reúne os artigos com temáticas de pesquisas associadas aos aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos e práticos da informação aos interesses e necessidades da sociedade, no campo da Ciência da Informação e áreas afins.

A parceria da Universidade Federal da Bahia com o Gabinete Português de Leitura integra alunos de biblioteconomia e Arquivologia, e esporadicamente alunos de História. É uma ação articulada com o intuito de construir um espaço importante de acesso aos alunos da Universidade na organização de obras raras, bem como documentos que referem à memória institucional (por exemplo, as Atas e relatórios). Esses acervos servem para aprofundar o conhecimento ao longo destes anos da atuação social do Gabinete Português de Leitura, ressaltando que o mesmo foi criado em

02 de março de 1863, tendo como principal objetivo o desenvolvimento da leitura e o aprimoramento da língua portuguesa.

Recentemente, o Gabinete Português de Leitura celebrou o Dia de Portugal, com palestras e simpósios, a partir da participação de convidados nacionais e estrangeiros que dinamizam o reconhecimento do papel do Gabinete na Bahia, sendo que a Biblioteca foca a importância das obras raras que integram o acervo.

O GP acolhe o projeto na primeira etapa, “*Gabinete Português de Leitura: sua importância para a difusão e mediação do conhecimento na Bahia*”. Deste modo, o Grupo de Pesquisa foca a relação professor-aluno, dinamizando o processo de aprendizado, aproximando a sociedade da Universidade, numa interação dinâmica e necessária. Na segunda etapa, o Projeto *Gabinete Português de Leitura e Universidade Federal da Bahia: difusão e mediação do conhecimento* está em curso e conta com alunos da graduação e alunos de GP acompanham o projeto

Na pós-graduação, a líder do GP acolhe alunos ligados ao projeto de acervos arquivísticos, tais como: Alzira Tude de Sá, professora do ICI/UFBA e discente do doutorado, com a pesquisa sobre o *Acervo fotográfico de Jorge Amado*, e Maíra Salles de Souza, discente do mestrado, com o estudo sobre *A mediação da informação nas Redes de Arquivos Históricos*. Estes são os principais temas desenvolvidos. Ressalta-se a importância dos documentos para a memória, que também foi abordada na dissertação de Dulce de Fátima Noronha, sobre as atas do Conselho Universitário da UFBA (período de 1982 a 1992), defendida em 2010.

O GRUPO DE ESTUDOS SOBRE CULTURA, REPRESENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DIGITAIS – CRIDI

Solenar Nascimento

Bacharel em Arquivologia UFBA

Coordenadora do Memorial da Faculdade de Direito/UFBA

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA

Bolsista de Produtividade pelo CNPq

A ação inicial que gerou elementos para a criação do Grupo CRIDI (em 13 de junho de 2005) foi o lançamento de um manual de digitalização textos, mapas e imagens fixas, publicado pela Edufba em 2005. Hoje o CRIDI é formado por 28 membros: dois docentes pesquisadores doutores, um deles bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa; dois docentes

pesquisadores na categoria de técnicos com doutorado; um docente pesquisador na categoria de técnico com especialização; três estudantes de doutorado; quatro estudantes de mestrado acadêmico; três técnicos com mestrado acadêmico, um deles bolsista de doutorado, na Universidade de Aveiro e na Universidade do Porto; um técnico com mestrado profissional; dois técnicos com especialização; cinco técnicos com graduação, um deles bolsista CNPq de Apoio Técnico à Pesquisa; quatro estudantes de graduação, bolsistas PIBIC ou CNPq-IC; um doutorando colaborador estrangeiro. Participamos de três redes de pesquisa: Archiveros RedSocial, Rede Cariniana/IBICT e RedIris/EDICIC.

As ações do CRIDI associam-se à reflexão epistemológica no domínio da CI e ao contexto sócio-histórico, político, tecnológico e cultural institucional. Duas são as linhas de pesquisa em que atuamos:

1) *Conservação e preservação de acervos fotográficos, audiovisuais e sonoros*, cujo objetivo é promover a investigação científica sobre o estado da arte da conservação e preservação dos acervos sonoros, fotográficos e audiovisuais no país e estimular a reflexão acerca de conceitos associados ao universo digital em que estes acervos se inserem, procurando colaborar com as instituições para a solução de problemas que enfrentem neste contexto;

2) *Políticas e tecnologias da informação*, visando aos estudos teóricos e aplicados sobre as políticas e os usos da informação, do documento, suas tecnologias e infraestruturas, ao monitoramento de necessidades, comportamentos e hábitos informacionais; sobre os padrões de funcionamento e regulação de redes e sistemas de informação; sobre os conceitos de identidade e de memória, e os mecanismos e metodologias de preservação e custódia.

Além dos diversos projetos de doutorado, mestrado, TCC, que vimos realizando no CRIDI, o principal projeto em execução, atualmente, com apoio do CNPq, Fapesb e UFBA, intitula-se “Desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual (2013-2017)”. Instituições (ou setores de instituições, de organizações) que mantêm sob sua guarda itens, acervos, coleções ou arquivos audiovisuais vêm colaborando ativamente com o projeto, preenchendo nosso instrumento de coleta de dados. A pesquisa investiga a relação dos conceitos de informação e consciência, memória e conhecimento, salvaguarda e acesso remoto no contexto da conversão digital de documentação arquivística audiovisual pública. A problemática conduz à reflexão sobre a salvaguarda dos originais e suas versões digitais, a orga-

nização da memória social, o acesso ao conhecimento potencial advindo de acervos audiovisuais públicos, bem como sobre os conceitos de memória no contexto da preservação aliada ao acesso remoto. Todo trabalho desenvolvido neste projeto tem sido armazenado em ambiente virtual de aprendizagem Moodle, pela UFBA. O site do CRIDI, em www.cridi.ufba.br, traz mais informação sobre esse projeto e sobre outros projetos já finalizados no grupo, como “A conversão digital de documentos especiais de acervos públicos e a consciência informacional. Aspectos técnicos e teóricos no âmbito da Ciência da Informação (2005-2007)”, que constituiu a primeira fase do projeto mencionado antes; “Elementos de Informação para o estudo de um ambiente institucional: historiografando a UFBA (2007-2010)”; “Instituto Cultural Brasil-Alemanha / Goethe Institut: 50 anos de história, cultura e livros na Cidade do Salvador (2011-2012)”, a primeira pesquisa de TCC do ICI-UFBA, no campo da Biblioteconomia, que resultou na publicação de um livro, com apoio do Goethe Institut.

O CRIDI promove, ainda, dois eventos. Primeiramente, o “Seminário CRIDI de Pesquisa – SECRIDI”, com sua terceira edição prevista para novembro de 2015, na Faculdade de Direito, parceira do Grupo CRIDI, especialmente por meio do Memorial da Faculdade de Direito. O II SECRIDI, por exemplo, possibilitou a disseminação de conceitos e metodologias que vêm sendo aplicadas no âmbito dos acervos audiovisuais, sonoros e musicológicos e seu impacto na Arquivologia, contribuindo significativamente para a melhoria da formação do profissional arquivista. O evento foi transmitido online, via internet, e contou com o apoio da UFBA, CNPq, ICI/UFBA, Fapesb, Pró-Reitoria de Extensão, PIBIC/UFBA, EDUFBA e Faculdade de Direito. Mais recentemente, no âmbito das comemorações dos dez anos do CRIDI, e depois da criação da disciplina “ICIA58 – Arquivos de Som e Imagem em Movimento”, no PPGCI-UFBA, resultantes das ações do CRIDI, realizamos também o “I Simpósio ICIA58 – Arquivos de Som e Imagem em Movimento”, inicialmente uma atividade de ensino (e não de extensão) em que são compartilhados com os estudantes de graduação e de pós-graduação os trabalhos de estudantes de mestrado e doutorado e de alunos especiais do PPGCI-UFBA matriculados na referida disciplina.

ESTUDOS DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÕES E CONHECIMENTO

Rodrigo França Meirelles

Professor Assistente ICI/UFBA

Francisco Pedroza

Professor Adjunto ICI/UFBA

Gillian Queiroga

Professor Assistente ICI/UFBA

Jussara Borges

Professora Adjunta ICI/UFBA

Maria Carolina Santos de Souza

Professora Adjunta ICI/UFBA

O Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (Gepicc), (Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq) vem desenvolvendo pesquisas desde 1995, inicialmente sobre regulação de infra-estruturas, tecnologias, produtos e serviços de informação e comunicações. Incluídos nesta temática estão estudos principalmente sobre políticas de informação e comunicações; democratização da informação, das comunicações e da cultura; economia política da comunicação; Sociedade da informação. Sobre esta temática seus participantes apresentaram em eventos científicos e publicaram em revistas acadêmicas, capítulos de coletâneas e livros, dezenas de trabalhos.

Os enfoques predominantes nesta produção intelectual são democracia, cidadania e participação social, sempre vinculados às tecnologias de informação e comunicação. Na medida em que novas configurações tecnológicas, econômicas e políticas se estabeleceram, particularmente no início do século XXI, o grupo ampliou suas áreas de interesse e passou a abranger outras áreas de estudo, com destaque para: inclusão e letramento digital; competências infocomunicacionais; governo eletrônico; mídias contemporâneas e cultura digital; democracia digital.

Mais recentemente o Gepicc vem se preparando para direcionar sua atenção também para o campo das políticas, estratégias e gestão de documentos, da informação e do conhecimento, notadamente em aspectos como: inovações tecnológicas e gerenciais e suas consequências políticas, econômicas e sociais; propriedade intelectual; informação, conhecimento e inovação; processos de geração, gestão, difusão, uso, segurança e preservação da informação em ambientes digitais; gestão dos ativos intangíveis, aprendizagem organizacional e redes sociais. Suas pesquisas envolvem, além de pesquisadores permanentes, doutorandos, mestrands e bolsistas de Iniciação Científica.

O GEPICC é composto pelos professores do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, Jussara Borges, Francisco José Araújo Pedroza Cunha (coordenadores) Maria Carolina Santos

de Souza, Gillian Leandro Queiroga de Lima, Rodrigo França Meirelles e Susane Barros, bolsistas, orientandos e de estudantes, profissionais e pesquisadores colaboradores.

O Grupo possui atualmente em andamento os seguintes Projetos de pesquisa: o projeto “Competências Infocomunicacionais: um Conceito em Desenvolvimento” (apoiado pela UFBA com 3 bolsas de iniciação científica: Prodoc, Pibic/CNPq e Pibic/Fapesb), coordenado pela professora Jussara Borges, e o projeto “Sistemas e Redes Sociais como Mecanismos de Difusão de Conhecimentos Gerenciais entre os Serviços de Atenção à Saúde”, coordenado pelo professor Francisco Pedroza.

GRUPO INTERINSTITUCIONAL DE PROCESSOS SEMIÓTICO E DE DESIGN: Relato do Projeto “Imagem e Representação: Conteúdo Informativo nas Fotonovelas das Décadas de 1960-1980 Pela Perspectiva de Barthes”

Edvaldo de Souza

Mestrando PPGCI/UFBA

Lídia Batista Brandão Toutain

Professora Associada ICI/UFBA

Coordenadora da CPArq/UFBA

O Grupo Interinstitucional de Processos Semiótico e de Design (GIP-SD) foi criado pela Professora Lídia Batista Brandão Toutain, no ano de 2007. Optamos em destacar no âmbito do GIPSD o projeto de pesquisa desenvolvido no curso de mestrado em Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.

Destacamos neste trabalho a importância das revistas de fotonovelas produzidas até meados da década de 1980 como documento, fonte de pesquisa e memória, por ser fundadas em representações claramente definidas e cujas características fazem deste formato plataforma diferenciada para o estudo da imagem no contexto da Ciência da Informação. Para uma compreensão melhor do fenômeno, o trabalho faz um recorte para o contexto histórico-social do período de produção e consumo das fotonovelas. Visamos demonstrar que as revistas de fotonovelas brasileiras apresentaram informação sobre o contexto sociocultural, comportamental e geográfico quando do período de sua circulação, se corroborando também como documento portador de conteúdo informativo para o seu público leitor. Para os aspectos conceituais relativos à imagem fotográfica, adotamos como

embasamento teórico os trabalhos de Roland Barthes (1915-1980), que citou a fotonovela como portador de sentido e possível fonte de estudo.

Para o percurso metodológico, de abordagem qualitativa, nos valem da análise de conteúdo de Bardin, que aliado ao método semiótico barthesiano nos permitiu identificar e analisar categorias temáticas no material explorado, como a representação geográfica e a representação da mulher. As técnicas utilizadas envolveram a pesquisa documental e a bibliográfica para o desenvolvimento do procedimento histórico, possibilitando relacionar a produção das fotonovelas com o contexto de sua produção. A amostragem se compôs de trinta e cinco histórias de fotonovelas da revista *Sétimo Céu* (editora Bloch), publicadas no período entre as décadas de 1960 a 1980, que foram lidas e destacadas nos trechos nos quais abordam mensagens com conteúdo informacional. A opção pela publicação *Sétimo Céu* se deve ao fato de ser reconhecida como a única revista a produzir regularmente fotonovelas no Brasil, utilizando atores e cenários locais e abordando temas regionais, porém outros títulos foram explorados para compreensão geral do fenômeno.

As fotonovelas traziam representações da realidade que se incorporaram no estabelecimento da memória social, fazendo o intercâmbio entre o ambiente doméstico e o mundo externo, função que posteriormente passou a ser exercido nos lares pela televisão, pela internet e pelas novas tecnologias. A seu valor como corpus de estudos sociológicos, de estudo da evolução das técnicas fotográficas e de memória social se acrescentam os registros visuais da moda, do vestuário, das paisagens e espaços geográficos retratados, enfim, registros que se constituem importante material de trabalho para os mais diversos campos de estudo. O documento não é um dado, mas produto de uma vontade, ou seja, é o usuário que faz o documento (MEYRIAT, citado por LARA, 2010).

Os resultados da pesquisa revelaram que, entremeado entre a narrativa ficcional e a diegese, informações diversas sobre a realidade circundante chegaram ao público leitor através de um sintagma geral composto de imagem fotográfica e texto, característico do formato fotonovelistico, e que, enquanto o conteúdo verbal se identifica com um sistema denotativo coberto pelas linguagens documentárias, as imagens necessitam de uma conversão que passa por expressões de caráter conotativo para a sua representação.

Como a informação transita entre diferentes suportes, o que se buscou aqui foi chamar a atenção para a fotonovela como fonte de informação e pesquisa, por ter atingido um significativo segmento da sociedade e se

constituir em um documento que reflete representações de um determinado período histórico-social. A fotonovela encerra um conhecimento e está passível de análise, pois nela se operaram significados que exerceram impacto na sociedade.

G-ACERVOS MANUSCRITOLÓGICOS, BIBLIOGRÁFICOS,
ICONOGRÁFICOS, ETNOGRÁFICOS: ORGANIZAÇÃO,
PRESERVAÇÃO E INTERFACES DAS TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO GRUPO DE PESQUISA
CERTIFICADO PELO CNPq

Zeny Duarte

Professora Associada ICI/UFBA

Grupo formado por pesquisadores doutores, mestres, especialistas, estudantes de iniciação científica das áreas em estudos, do Brasil e de Portugal. Recebe apoio da Fapesb, MinC, Capes, CNPq e FCT. Vem publicando livros, capítulos de livros, artigos, trabalhos completos em anais de evento nacionais e internacionais. Exemplos: A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial; Arquivos, Bibliotecas e Museus: realidades de Portugal e do Brasil; A medicina na era da informação; Metainformação sobre metainformação em sistemas de informação pessoais: os médicos e a cultura de Portugal e da Bahia; A fotografia no arquivo, na biblioteca e no museu: similitude e diversidade de saberes, entre outras publicações. Realiza pesquisas no arquivo histórico da Faculdade de Medicina da Bahia. Em 2005, recebeu subsídios para o projeto “Salvaguarda do acervo documental do memorial de medicina da Ufba”, com publicações sobre preservação e disseminação de arquivos históricos. O G-Acervos, permanece desenvolvendo projetos de estudos e pesquisas, a exemplo: Resgate do arquivo e memória da FMB: preservação e salvaguarda; A medicina tropical na Bahia de 1500 a 1866; Os médicos e a cultura em Portugal e Brasil: olhar(es) introspectivo e analítico; Os médicos e a cultura: estudo crítico e portal acerca da vida, obra e arquivos de médicos em Portugal e na Bahia (1808-2015); Gerir sistemas de informação na era pós-custodial: resgate de arquivos de médicos representantes da cultura de Portugal e da Bahia à luz da metainformação descritiva; Gerir e comunicar informação no laboratório. O Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Ufba, em parceria com a Secção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação, Universidade do Porto, realizou o 1º e o 3º Colóquio In-

ternacional A Medicina na Era da Informação e participou de sua segunda edição, realizada em Portugal, resultando nos livros-coletânea “A Medicina na Era da Informação” e “Medicina e Informação: olhares luso-brasileiros”. Na mesma proporção dos objetivos da nacionalização e da internacionalização, o G-Acervos realizou a primeira edição do Encontro de Arquivos, Bibliotecas e Museus: realidades de Portugal e do Brasil, deixando como legado o livro-coletânea com as palestras apresentadas no evento, introduzindo na academia a possibilidade de diálogos acerca da aproximação e distanciamento existentes entre as áreas, ainda compreendida, no Brasil, como subáreas da ciência da informação. O G-Acervos possui, em sua trajetória, a inserção de pesquisadores de iniciação científica, bolsistas e colaboradores, registrados no CNPq, Pibic e Fapesb. Em 2006, com os resultados alcançados em projetos e pesquisas, o G-Acervos ampliou suas ações criando o grupo de pesquisa: Grupo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Arquivologia e Saúde (Gepas), com participação de mestres, doutores e estudantes em subprojectos. Este segundo grupo, caracterizado pelas ações relacionadas com a (mit)disciplinaridade entre as áreas das ciências da informação e da saúde, foi aprovado no âmbito das congregações da Faculdade de Medicina e do Instituto de Ciência da Informação, Ufba.

**GRUPO DE ESTUDO, EXTENSÃO E PESQUISA EM
ARQUIVOLOGIA E SAÚDE (GEPAS) GRUPO DE
PESQUISA CERTIFICADO PELO CNPq**

Zeny Duarte

Professora Associada ICI/UFBA

Este grupo é formado por pesquisadores doutores, mestres, especialistas, estudantes de iniciação científica das áreas em estudos. Dedicase à preservação e resgate da memória arquivística da Faculdade de Medicina da Bahia – FMB. É formado por uma equipe que desenvolve ações voltadas à organização, preservação, revitalização, salvaguarda e disseminação da informação contida nessa documentação permanente da mencionada bicentenária Faculdade, localizada no prédio no Largo do Terreiro de Jesus. Integram-no estudantes, técnicos, professores e pesquisadores da arquivologia e da saúde. Ele possui legitimação acadêmica, técnica e profissional para a realização de projetos teóricos, práticos e metodológicos. Estabelece intercâmbio de experiências entre investigadores nacionais e internacionais e promove a evolução do conhecimento nas áreas mencionadas. A

partir de diversas tarefas emanadas de leituras desse conjunto documental, do aporte teórico e epistemológico da arquivologia, da inserção das TIC e da nova concepção do arquivo permanente no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico, o Gepas direciona ações de fomento a projetos arquivísticos, com iniciativas inovadoras no contexto sociocultural da Bahia e do Brasil. Este grupo é o ponto de apoio para as atividades didáticas de aulas teóricas e práticas dos docentes do curso de arquivologia do ICI, assim como também como núcleo de estudos da pós-graduação, com participação de docentes e de discentes do mestrado e doutorado. Com ele na ativa, ganham docentes e discentes envolvidos em estudos realizados sobre informação e/em saúde, arquivos de instituições de saúde e memória da saúde. Os membros do Gepas têm produzido ampla bibliografia emanada de projetos realizados a partir de temáticas exploradas por pesquisas in loco, com publicação no Brasil e em outros países. Exemplos de produções intelectuais de pesquisas desenvolvidas pela equipe do Gepas: “As TICS em arquivos históricos: experiência no acervo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia”; “Lesmédecinset la culture: étude critique et guide général des archives de médecins auteurs, artistes et penseurs du Portugal et de Bahia (1808-2000)”. “El acervo archivístico de la primera facultad de Medicina del Brasil: introducción de las TICS en archivos”; “Scientific communication in scientific community of centro de pesquisa Gonçalo Moniz/Fiocruz: invisible colleges and gatekeepers”. “Os esculápios e a cultura em Portugal e na Bahia: estudo de vida, obra e arquivos, bibliotecas, museus e casas-museus de médicos que ultrapassaram a fronteira da ciência médica”. Os membros deste grupo publicamente realizam estudos a partir da documentação do arquivo memorável da Faculdade de Medicina da Bahia e participam de eventos científicos com textos em anais. O Gepas recebeu subsídios para o projeto “Salvaguarda do acervo documental do memorial de medicina da Ufba”, com publicações. Panorama de outros projetos implementados: “Resgate do acervo da FMB: preservação, historicidade e salvaguarda” e “A medicina tropical na Bahia de 1500 a 1866”. Este Grupo conta com participação de consultores ad doc, mestres, doutores e estudantes em subprojectos relacionados aos seus objetivos. Em parceria com o PPGCI / Ufba e a Seção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação da U.Porto, foi ator principal na realização do Colóquio Internacional “A Medicina na Era da Informação” (Medinfor), em suas três edições. Neste evento, apresentou trabalhos sobre tratamento da informação e do conhe-

cimento biomédicos. Estreitou laços entre profissionais da informação e/ em saúde e intercâmbios entre ambos os países. Destacam-se estudos sobre a bioética e integridade científica, preservação e divulgação da memória de faculdades de medicina de Portugal e do Brasil e publicações, entre outras: “El acervo archivístico de la primera Facultad de Medicina del Brasil: introducción de las TIC en archivos”, no livro “El documento electrónico: aspectos jurídicos, tecnológicos y archivístico, da Universitat Jaume I”; o artigo: “Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional”, na Revista da Flup– Universidade do Porto. Além de participar da executiva do II e do III Medinfor, promovidos pela Universidade do Porto e Ufba, teve assento também na promoção do primeiro Encontro de arquivos, bibliotecas e museus à luz da era pós-custodial: realidades de Portugal e Brasil. Nestes eventos, apresentou trabalhos e os publicou em livros-coletâneas. Este grupo foi, inicialmente, idealizado a partir da necessidade do regulamento de estudos práticos e laboratoriais das disciplinas arquivos permanentes, preservação de documentos e arquivos médicos, dos cursos de arquivologia e de projetos de pesquisa e extensão com participação de docentes e discentes, realizados no próprio espaço do arquivo histórico da FMB / Ufba. Foi apresentado e recebeu aprovação das congregações do ICI e da FMB / Ufba e tem concluído estudos e pesquisas com o apoio da Capes, Finep, Fapex, Fapesb, Pibic / CNPq e Programa Permanecer.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2009.
- BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). Teoria da cultura de massa. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LARA, M. L. G. Documento e significação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. In: Freitas, L.S.; Marcondes, C.H.; Rodrigues, A. C.. (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói/RJ: Editora da UFF, 2010.

M3. RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA

GRUPO DE PESQUISA CRIDI: A Diversidade Como Fator Preponderante Entre a Formação dos Bolsistas e o Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa

João Ricardo Chagas dos Santos

Bolsista CNPq Apoio Técnico de Nível Superior (AT-NS)
Grupo CRIDI – ICI/UFBA

O Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre *Cultura, Representação e Informação Digitais* – CRIDI é liderado e coordenado pelo Professor Doutor Rubens Ribeiro e pela vice-líder Professora Doutora Maria Teresa Navarro, ambos docentes do Instituto de Ciência da Informação – ICI/UFBA, e conta também com a participação de mais 27 integrantes dentre pesquisadores, e estudantes de pós-graduação e graduação, alguns destes são bolsistas do atual projeto *Desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual* através da Bolsa de Produtividade em Pesquisa PQ2.

O principal objetivo do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo autor principal deste resumo, bolsista CNPq de Apoio Técnico à Pesquisa – Nível Superior (AT-NS1), é atuar na assistência à pesquisa em todas as etapas dos 36 meses iniciais previstos para este projeto, especialmente auxiliando na supervisão dos 15 bolsistas PIBIC previstos para os três primeiros anos da execução do projeto, bem como da bolsista de Iniciação Científica contemplada por meio de Edital CNPq de Chamada Universal. O autor bolsista AT também atua no acompanhamento e controle efetuados por meio de software de gestão de projetos previsto para esta pesquisa. O contato do autor bolsista com os pesquisadores principais do projeto tem sido constante. Novas tecnologias de hardware e de aplicativos de gestão de projetos vêm sendo experimentadas para a execução do projeto.

Durante o período de contato direto com o meio acadêmico, fomentado pela postura do Grupo CRIDI, que visa, acima de tudo, a capacitar e desenvolver seus membros e bolsistas para uma possível carreira acadêmica e científica, foi possível apreender técnicas e métodos científicos que proporcionaram o cumprimento de alguns objetivos específicos do plano de trabalho ao qual o autor bolsista AT está submetido. Dentre esses destacam-se a co-autoria em três comunicações escritas e/ou orais em eventos científicos e/ou extensionistas, participação na elaboração de dois artigos científicos para publicação em periódico nacional e participação na elaboração de um artigo científico para publicação em periódico internacional, este último em pleno desenvolvimento para o VII Encontro Ibérico EDICIC 2015 que será celebrado em Madri no próximo mês de novembro.

Uma das funções do bolsista AT-NS no CRIDI é supervisionar as atividades dos bolsistas de iniciação científica. Exercício inédito até então no grupo e que vem se consolidando a partir dos desenvolvimentos de textos

colaborativos. Os membros do projeto PQ2 perceberam que ampliar as formas de comunicação resultaria em trabalhos com maior qualidade e integridade das informações. Inicialmente os membros se restringiam a troca de informações por e-mail, pela ambiente virtual de aprendizagem com a plataforma moodle ou presencialmente. A primeira inovação foi com o uso de contas gratuitas do Skype, porém notou-se que embora funcional a ferramenta depende de boa conexão à Internet em todos os pontos de conversação. A praticidade da comunicação com dispositivos móveis deu abertura ao uso do menseger do Facebook, inclusive como meio de acesso a documentos. Contudo, a ferramenta com melhor resultado foi o WhatsApp. Através do grupo PQ2 criado, os membros puderam otimizar a comunicação, agilizar tomada de decisões e alertar aos demais sobre mudanças ocasionais. O maior problema identificado pelo autor com o uso de tantas ferramentas para o mesmo fim foi a descentralização da informação, e nos casos em que se fazia necessária uma conferência da informação, surgia a dúvida do meio usado. Desta forma, o grupo manteve o WhatsApp como ferramenta de apoio à comunicação, além do e-mail e do AVA moodle.

Embora o grupo CRIDI tenha membros graduandos e graduados em diferentes áreas do conhecimento, percebe-se uma grande vantagem. Cada membro pode contribuir com sua perspectiva e experiência sobre o assunto em pauta e resultar em um consenso melhor analisado. Quando o assunto é mais específico, priorizamos ouvir a opinião do membro mais familiarizado e em seguida abrimos o diálogo. Quando o assunto é amplo, ouvimos a todos e concluimos após uma análise conjunta. Em muitos casos, essas conclusões são baseadas nas revisões literárias que são atribuídas a cada bolsista de acordo com seu respectivo plano de trabalho.

O grupo tem feito bom uso de seu sítio web, cujo endereço é www.cridi.ufba.br, e através deste meio digital tem divulgado seus produtos e suas ações no âmbito acadêmico e científico, assim como os resultados parciais dos dados coletados tanto de respondentes individuais quanto institucionais através da ferramenta adquirida pelo grupo, SurveyMonkey em sua versão GOLD. O sítio projeta uma significativa transformação e contará com todo seu conteúdo em mais três idiomas: inglês, francês e espanhol. Esta será mais uma ação participativa dos membros do grupo, após treinamento de uso da plataforma de gestão de conteúdos do sítio que será elaborada e ministrada pelo bolsista CNPq AT-NS.

Neste ano o grupo celebra seus dez anos de existência e atividades na pesquisa científica, assim como no âmbito acadêmico e pretende realizar no início do mês de novembro o terceiro seminário de pesquisa do grupo CRIDI, III SECRIDI, com palestras, mostra de filmes, curadoria e mostra de fotos, cartazes e covalentes produzidos por membros do grupo.

Esta é também a segunda fase da pesquisa e terceiro ano do projeto, onde o grupo consolidará dados já coletados presencialmente de instituições públicas das três esferas da Bahia, assim como dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Devido ao nosso questionário ser online e nossa pesquisa ter alcançado amplo interesse, também tivemos a colaboração na coleta de dados online de instituições de outros estados: Pernambuco, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, além de Brasília. O período foi marcado por importantes visitas técnicas, participações em eventos e produção de conteúdos, seguindo o cronograma estabelecido nos planos de trabalho. Portanto, tornar-se-á tangível ao grupo fazer análise comparativa com os dados coletados na primeira fase do projeto, de modo então a ter informações subsidiárias para a elaboração do modelo de preservação para acervos arquivísticos audiovisuais públicos, como resultante máxima do projeto.

REFERÊNCIA

SILVA, Rubens R.G.. **Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual** Anais do II SECRIDI - Seminário CRIDI de Pesquisa, Salvador, 10jun2014 Disponível em: <http://www.secridi.ici.ufba.br/modulos/submissao/Uplod-221/60167.pdf>. Acesso em: 28jun2015.

GESTÃO DE DOCUMENTOS, APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL EM HOSPITAIS

Gillian Leandro de Queiroga Lima

Professor Assistente ICI/UFBA

Francisco José de Aragão Pedroza Cunha

Professor Adjunto ICI/ UFBA

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Arquivista da Escola Politécnica da UFBA

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa, em andamento, que caracteriza conhecimento e inovação como fenômenos de ordem, desordem e organização nesta 'Era' de redes telemáticas. Tais fenômenos são dependentes de dados e informações que

precisam ser produzidos, acumulados e difundidos, por meio da adoção e assimilação de tecnologias avançadas de gestão de informações arquivística ou de documentos (GD) e da aprendizagem organizacional (AO) entre os sujeitos e as organizações/instituições de atenção à saúde (e.g. de hospitais).

A problemática se configura a partir da premissa que a melhoria da gestão dos serviços de atenção à saúde é um desafio para os profissionais, pesquisadores, financiadores, usuários, instituições e autoridades do SUS. Isto posto, parte-se dos seguintes pressupostos: a) o SUS fomenta modelos e técnicas de gerenciamento avançado, tais como: produtos e serviços informacionais (e.g. de documentos e sistemas de arquivos), organizações aprendentes (SENGE, 2010), tecnologias de informação e comunicação (TICs) e redes de inovação e aprendizagem com vistas à melhoria da gestão dos serviços de atenção à saúde; e b) os gestores dos serviços de atenção à saúde baianos estão sensibilizados em adotar técnicas desta natureza para a difusão de suas práticas e gerar IG em serviços de atenção à saúde propiciando melhora no SUS no contexto das premissas de um sistema local de inovação (SLI).

Nesse sentido, esta pesquisa visa ampliar o conhecimento sobre: a representação e a organização de mecanismos de difusão de conhecimento nos hospitais baianos (e.g. de documentos e de serviços de arquivos; da gestão da informação arquivística). A ampliação deste conhecimento justifica-se a partir dos estudos realizados intitulados “Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da AO e da IG: um olhar sobre a Rede InovarH-BA” (CUNHA, 2012) e “A gestão da informação nos hospitais: importância do prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde” (CUNHA, 2005). Naqueles estudos foram recomendadas algumas ações estruturantes para os hospitais investigados em consequência das conclusões encontradas.

Tais conclusões evidenciavam: as possibilidades e os limites para a atuação da Rede InovarH-BA; as características da Rede InovarH-BA semelhantes às de um sistema local de inovação (SLI); a fragilidade dos hospitais no que se refere à interação e à expansão da rede; a inobservância da prática de gestão dos ativos intangíveis nos hospitais pesquisados; o desconhecimento dos gestores hospitalares sobre a importância da gestão da informação arquivística com a utilização da telemática, associado a produtos e serviços informacionais (e.g. de documentos e sistemas de arquivos) para uma efetiva gestão em saúde.

Assim, questiona-se então: De que maneira esses serviços utilizam mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais? Como os hospitais baianos estão realizando a gestão da informação arquivística produzidas, acumuladas e recebidas em razão dos serviços prestados?

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o uso de mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais em hospitais com termo de adesão à Rede InovarH-BA, os quais são inseridos nos sistemas e nas redes de atenção à saúde do SUS. Para tanto, são traçados quatro objetivos específicos, a saber: 1) Conhecer as tecnologias avançadas de produção, de circulação e de acesso a informações gerenciais dos hospitais da Rede InovarH-BA; 2) Identificar os tipos e os usos de fontes da informação dos hospitais da Rede InovarH-BA; 3) Diagnosticar a gestão de documentos e dos sistemas de arquivos dos hospitais da Rede; 4) Compreender os mecanismos de acessibilidade e de disponibilidade das informações geradas e recebidas dos hospitais da Rede InovarH-BA.

O estudo tem caráter multi-institucional (e.g. dos grupos de pesquisas: GEPICC do Instituto de Ciência da Informação da UFBA e ObservaPolíticas Rede InovarH-BA, da Escola de Administração da UFBA; Informática, Computação e Sociedade Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)) e multidisciplinar por articular um arcabouço conceitual relacionado ao fenômeno das redes sociais, aos sistemas de inovação e saúde e aos processos de AO e da representação do conhecimento. Essa articulação multi-institucional-disciplinar possibilitará inferir assertivas sobre geração de IG a partir da representação e da difusão do conhecimento por meio de sistemas e redes sociais. Tais sistemas e redes nesta pesquisa são compreendidos como os hospitais com termo de adesão a Rede InovarH-BA, os quais produzem, acumulam e recebem documentos arquivísticos diariamente.

Apesar da importância de redes tais como a Rede InovarH-BA para a geração e difusão do conhecimento, é possível dizer que são poucos os estudos que apresentam discussões e resultados sobre representação do conhecimento, AO, IG e redes sociais em organizações prestadoras de serviços intensivos em conhecimento voltados à atenção a saúde no campo da Ciência das Informação e da Arquivologia.

Com isto, a pesquisa visa ampliar o conhecimento sobre produtos e serviços informacionais (e.g. documentos, arquivos, sistemas de informação, redes sociais), compreendidos como tecnologias ou técnicas de gerenciamento avançado de informações voltadas à dinâmica dos sistemas e

redes de atenção à saúde. Tais tecnologias aplicadas aos serviços de saúde promovem os processos, os meios e os modos de informação e de comunicação, possibilitando a tradução, a transferência, a (re)apropriação e a (re) construção do conhecimento em aprendizagem e inovação na gestão dos serviços de atenção à saúde.

REFERÊNCIAS

- CUNHA, F. J. A. P. **A gestão da informação nos hospitais: a importância do prontuário eletrônico na integração de sistemas de informação em saúde.** Dissertação de Mestrado. UFBA - Instituto de Ciência da Informação, 2005.
- _____. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA.** Tese de Doutorado. UFBA – Faculdade de Educação, 2012.
- SENGE, P. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.** São Paulo: Best Seller, 2010.

RELATO DE EXPERIÊNCIA COMO BOLSISTA DE MESTRADO FAPESB – ICI/UFBA

João Victor Amorim Pereira

Mestrando do PPGCI-UFBA

Bolsista FAPESB

O grupo de pesquisa no qual nossa dissertação em curso se insere, o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) coletou, numa 1ª fase de pesquisa (2005-2007), dados de um total de 35 instituições de Salvador, entre federais, estaduais e municipais, detentoras de arquivos audiovisuais. Na 2ª fase da pesquisa (2013-2017) — onde ampliou-se nacionalmente a coleta de dados, as mesmas instituições da primeira fase também foram revisitadas — o objetivo é analisar a realidade dos métodos de preservação e conservação de arquivos e suportes de imagens em movimento, propondo um modelo para a preservação e o acesso a itens digitais da documentação de imagem em movimento. Esta nossa ação seguinte poderá tornar-se a primeira dissertação de mestrado sobre o tema do audiovisual no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA. e o autor atua no âmbito CRIDI como bolsista de mestrado FAPESB coletando dados com o apoio dos bolsistas de iniciação científica do grupo.

Antes disto, houve uma monografia de conclusão de curso, para a obtenção do grau de Bacharel em biblioteconomia e documentação pelo Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia que se inseriu no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *Desafios e Alternativas Di-*

gitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual (SILVA, 2012), também em desenvolvimento no CRIDI, sendo o primeiro produto acadêmico de graduandos do Grupo CRIDI vinculados ao projeto mencionado. Na ocasião atuamos como voluntários, sem bolsa. Mas foi essa pesquisa original que avançou para a dissertação de mestrado supra mencionada. Mesmo não sendo da arquivologia, temos a biblioteconomia como uma área afim, inserida na ciência da informação, e nosso projeto tem até mais ligação com arquivos do que com bibliotecas. Além disso, os problemas e dilemas (assim como os acertos) tem muito em comum nessas duas áreas.

A coleta de dados das 35 instituições já ocorreu. Apesar da dificuldade em agendar com os responsáveis pelas instituições e arquivos e ao mesmo tempo alinhar as nossas agendas de aulas (mestrando e bolsistas de iniciação científica – às vezes, orientador) conseguimos concluir o trabalho com excelência, com um grande trabalho em grupo. O fato de ser bolsista FAPESB auxilia muito, porque você pode prescindir de trabalho, o que facilita sua dedicação a pesquisa.

M4. DIVULGANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARQUIVOLOGIA DA UFBA

Herbet Menezes Dorea Filho

Presidente da Associação dos Arquivistas da Bahia

É para mim motivo de grande satisfação dirigir-me a comunidade arquivística, nesta mesa-redonda. Peço-lhes aceitar, em nome da Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA, as nossas homenagens e cumprimentos.

É notório o grande avanço no fomento da pesquisa na área de Arquivologia na Bahia. Constata-se, a cada ano, o amadurecimento dos nossos grupos regionais de pesquisas na área, em conjunto com os esforços para melhorar a qualidade e o impacto dessas pesquisas em nossos cenários. Como por exemplo, cada vez mais, nossos pesquisadores apresentam trabalhos em âmbito regional e nacional. Neste cenário, percebe-se que a divulgação da produção científica passa a desempenhar um papel de protagonista e não apenas como um mero figurante.

Embora a divulgação científica esteja em pauta em algumas instituições, com a criação de repositórios institucionais e outras formas de disseminação, por muitas vezes, ela não é vista como uma atividade de rotina acadêmica. Lembrando que, hoje, no mundo em que a multi, trans e inter-

disciplinaridade são desejadas e incentivadas, direcionar e interagir com e para o público “calouro” é de suma importância já que os especialistas de outras áreas, podem também ser considerados “leigos”.

Entendendo isso, a comunidade vocacionada para a pesquisa não deve ficar “ilhada” em seus mundos de especialistas, é preciso que, cada vez mais, nossas pesquisas dialoguem com a sociedade civil. Entendemos que, a cultura da divulgação faça parte da formação de nossos atuais e futuros pesquisadores e entre na pauta de colaboração de nossos grupos de pesquisas e instituições. Porém, pensamos que, apenas publicar não basta. Existe uma certa pressão na questão da visibilidade da pesquisa, ser citado e etc.

Reconhecendo essa necessidade é preciso que nossos mecanismos invistam na divulgação de seus conteúdos pós-publicação. É necessário pensar em novas formas de divulgação, dentre estas, a internet (redes sociais, blogs, publicações eletrônicas, entre outras). Lembrando que, a disponibilização de informação em mídias “não formais” caracteriza e aprimora a democratização do acesso.

Nesse sentido, buscando aprimorar e enriquecer o tema dessa mesa-redonda, nós, da Associação dos Arquivistas da Bahia, resgataremos o projeto do **Concurso de Monografias de Arquivologia da Bahia**, como forma desta entidade cumprir uma de suas missões, conforme previsto em nosso estatuto no Art. 2º: “I – contribuir para o desenvolvimento técnico e científico da Arquivologia; V – publicar e divulgar literatura e documentação de interesse da área;”. Este projeto, idealizado na gestão Compromisso com a Arquivologia, tendo como Presidente Pablo Soledade, biênio 2007 – 2009 e que teve como objetivo publicar a melhor monografia apresentada ao curso de Arquivologia da UFBA, através de edital e comissão específica.

Naquele momento a melhor monografia eleita no I Concurso, foi a do Arquivista, João Tiago Santos, Analista de Documentação do Ministério Público da União, orientado pela Professora Dra^a. Lídia Maria Batista Brandão Toutain, em 2007, intitulada de **Automação de Unidades de Informação**.

Esta iniciativa pioneira na área de Arquivologia – acredito que ainda não se tenha ação parecida-, com certeza, despertou e despertará o interesse de bacharéis e formandos da Bahia, além de promover, cada vez mais, nossa produção científica. Relembrando as palavras do Presidente da AABA naquele momento, Pablo Soledade, além do trabalho de João Tiago, segundo ele “revelou a fundamental importância e dedicação do estudante no momento do seu trabalho final de conclusão de curso, sendo uma possibilidade de realização de algo inovador nessa área tão jovem no Brasil”, concluiu.

Paralelo a isso, recentemente lançamos na I Jornada Arquivística da AABA a I Cartilha Informativa, denominada de Arquivo e Sociedade, a qual tem como objetivo divulgar e promover informações referentes a Arquivologia, o profissional e sua relevante importância para a sociedade. Projetos como estes demonstram iniciativas de difusão da informações referentes a pesquisas na área, trazendo para o cidadão o conhecimento por meio dos arquivos.

Deste modo, deixamos aqui algumas das experiências de que tudo se bem preparado e com muita dedicação e força de vontade tudo é possível! E, neste período pós-custodial, nossa área, a arquivologia, assim como a Ciência da Informação, tem representatividade e maior responsabilidade na organização e difusão da informação e do conhecimento, construindo uma sociedade cada vez mais justa socialmente. Finalizando, acreditamos também que o espírito coletivo e as ações integradas são fundamentais para tornar a Arquivologia mais coesa, sólida, respeitada e valorizada.

PONTODEACESSO: Revista Eletrônica do Instituto de
Ciência da Informação - ICI/UFBA

Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Professora Associada ICI/UFBA
Editora da Ponto de Acesso

PONTODEACESSO representa o desejo do ICI de expor pensamento para a comunidade científica com o objetivo de enriquecer o debate científico com temas polêmicos, emergentes e inovadores. Dentre suas metas de longo prazo, previa-se a criação de um periódico com a finalidade de escoar os estudos e pesquisas de seu corpo docente e discente, bem como para se tornar o eco das discussões e de seu ideário no campo da Ciência da Informação. Esta meta foi alcançada. O periódico que nasceu em 2007, o primeiro da UFBA a utilizar o SEER, programa disponibilizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia através do IBICT, para publicação eletrônica de periódicos, foi lançado durante o VII Encontro Nacional de Ciência da Informação- CINFORM, primeiro evento Nacional promovido pelo INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

No ano de 2007 o Instituto iniciava a comemoração dos seus dez anos de existência, criado em 12 de março de 1998, e o lançamento do periódico eletrônico PONTODEACESSO, foi seu ponto alto. O nome da Revista foi escolhido em um concurso realizado em abril de 2007, na comunidade

do ICI. Esta publicação fazia parte do programa da gestão 2006-2010 e tornou-se um grande desafio, em um momento oportuno porque, no ICI/UFBA, o espírito de pesquisa estava em pleno florescimento. Nestes dez anos, que se comemorava acumulou-se no órgão um cabedal de conhecimento com as dissertações defendidas e os estudos e pesquisas realizados pelos nove grupos de pesquisa criados e registrados no CNPQ.

A idéia concebida foi de um periódico semestral, com caráter global, com textos publicados em português, inglês, Francês e espanhol. O corpo editorial formado por membros nacionais e estrangeiros, além de um corpo de pareceristas e avaliadores para seleção dos artigos submetidos para publicação. O corpo editorial é renovado a cada dois anos.

No seu primeiro número foi publicados artigos de renomados teóricos, da UFBA, da USP, da UFF, UFSC, da EMBRAPA, do IBICT e da Universidade de Brasília.

Hoje, ano de 2015, o Periódico continua , reconhecido pelos pares com conceito B da CAPES, mostra-se sólido e na busca de renovar-se a cada número mantendo parcerias e um corpo editorial renomado e primando sempre pelo caráter inovador.

COMUNICAÇÕES

A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NAS PREFEITURAS DO ESTADO DA BAHIA: Organização da Documentação de Prestação de Contas, um Relato de Experiência.

Jaqueline Silva de Souza

Mestranda em Ciência da Informação PPGCI/UFBA
Bolsista FAPESB 2014-2015

Relato de experiência de uma Organização não Governamental (ONG), a Associação Transparência Municipal (ATM), que no período de 2008 a 2011, realizou o projeto de preservação e armazenamento de documentos digitais de prestação de contas de Prefeituras Municipais do Estado da Bahia. Onde uma bibliotecária e uma arquivista eram responsáveis pela capacitação de servidores municipais na utilização de um *software* de armazenamento de documentos digitais. E durante essas capacitações a profis-

sional da área de biblioteconomia visualizou um problema: Por que essas instituições não realizam gestão documental? A constituição de 1988 no seu artigo 216, parágrafo 2º, diz que cabe a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quanto dela necessitem. Além também dos documentos serem instrumentos para tomada de decisão e da preservação da história dos municípios. Uma pesquisa então foi realizada com as prefeituras que participaram do projeto, sendo o universo de 60 prefeituras no Estado da Bahia, tendo como objetivo identificar o porquê que essas instituições não realizavam a gestão documental. A metodologia utilizada foi à quali-quantitativa, usando o formulário como instrumento e o resultado mais indicado foi a ausência do profissional da informação nessas instituições. Visualizando esse cenário percebeu a necessidade de incluir mais um módulo no programa da capacitação, sobre a organização, o armazenamento e preservação de documentos, enfatizando também a importância do profissional da informação no quadro dos cargos de servidores das Instituições. Assim o objetivo desse relato é enfatizar a importância do profissional da Informação nas Instituições Municipais, demonstrando através de fotos dos arquivos e depoimento (vídeo) dos servidores municípios os benefícios ocorridos após a implantação do projeto.

Na Bahia existem 435 municípios, foram visitados apenas 60 municípios de todas as regiões, totalizando apenas 15% dos municípios baianos. Segue municípios visitados:

Ano de 2008 Visitamos 21 municípios baianos e realizamos capacitações, foram eles: Água Fria, Alagoinhas, Botuporã, Candido Sales, Cordeiros, Gavião, Ipiaú, Irecê, Itanagra, Ituruçu, Ituberá, Lecínio de Almeida, Nilo Peçanha, Pidobaçu, Quijingue, Rio de Contas, São José do Jacuípe, Sento Sé, Sobradinho, Taperoá, Tremedal.

Ano de 2009 visitamos 27 municípios baianos e realizamos capacitações, foram eles: Água Fria, Alagoinhas Aporá, Boninal, Bonito, Capim Grosso, Central, Conceição do Jacuípe, Correntina, Cravolandia, Dias D'ávila, Esplanada, Gandu, Inhambupe, Ipiaú, Irecê, Itabuna, Itapebi, Macaúbas, Madre de Deus, Paulo Afonso, Porto Seguro, São Sebastião do Passé, Santa Cruz Cabralia, Saúde, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Wanderley.

Ano de 2010 visitamos 28 municípios baianos e 1 paulista, totalizando 29 e realizamos capacitações, foram eles: Adustina, Água Fria, Aporá, Belmonte, Boninal, Caculé, Camacan, Candido Sales, Cipo, Conceição do Jacuípe, Condeubas, Cordeiros, Correntina, Cravolandia, Dias D'ávila, Es-

planada, Gandu, Gloria, Guanambi, Inhambupe, Madre de Deus, Miguel Calmon, Ribeira do Pombal, Santa Cruz Cabralia, São Sebastião do Passe, Teixeira de Freitas, Uaua. Fomos também ao município de Artur Nogueira no Estado de São Paulo.

Ano de 2011 visitamos 12 municípios baianos e 1 pernambucano, totalizando 13 e realizamos capacitações, foram eles: Alagoinhas, Antas, Aporá, Boninal, Bonito, Caculé, Campo Formoso, Catu, Gloria, Irecê, Madre de Deus, Senhor do Bonfim, Fomos também a cidade de Petrolina no Estado de Pernambuco.

Dos 60 municípios, apenas 4 possuíam arquivo publico municipal implantados: Alagoinhas, Irecê, Rio de Contas e Santa Cruz Cabralia , porém em nenhum possuía um profissional da informação.

Diante do exposto, é possível identificar a necessidade de outras pesquisas na área de Ciência da Informação nas Prefeituras do Estado da Bahia. Assim conclui-se com a importância do profissional da informação nas Instituições Municipais para a realização da gestão documental e principalmente para preservação da memória do município.

A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO: Caso Para o Marketing

Jovenilda Freitas dos Santos

Mestre em Ciência da Informação PPGCI/UFBA
Arquivista da Universidade Federal de Sergipe

O arquivo público é a personificação da preservação da memória dos grupos sociais, e importante porta de acesso à informação e conhecimento, aberta a todos de quem precisar. Inclusive, se confunde com a própria origem da escrita e evolui acompanhando os anseios dos produtores e utilizadores da informação, demonstrando relevância como base e canal de informação.

Independente da qualidade do serviço, instituições ligadas à educação, saúde, economia e outras possuem identidade própria, visto a população conhecer previamente o que se esperar delas. Não obstante, do arquivo público, salvo algumas exceções, supõe que nem as autoridades governamentais, nem a sociedade sabem o que esperar dele. Esta visão, promovida pelo senso comum, impede a percepção do arquivo também como instrumento, potencializador da democratização da informação. No entanto, difundir o acervo e atividades culturais é fator preponderante

para revelar a ampla dimensão do arquivo, além de estreitar laços com a sociedade, ao passo que mostra os diversos serviços elaborados, cujo depósito de papel velho e inútil em nada o lembra. Instituição desse porte preserva a memória, trama sentidos, constrói ideias e configura conhecimentos (MORIGI; VEIGA, 2007). Frequentemente a literatura preconiza que muitos ainda veem o arquivo igual um depósito de papel, constituído por estereotipados profissionais. Assim, relata Schellenberg (2006, p. 25):

Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo nos interrogaria: - Que vem a ser arquivo? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição dessa natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, trata-se de mais um exemplo das extravagâncias dos governos. Quanto ao material do arquivo, faria esta pergunta inicial: - Por que não queimar esta papelada?

O supracitado permite inferir o arquivo público igual uma instituição “caixa-preta”, em virtude da suposta imensa parcela da sociedade ignorar seus serviços. Face ao exposto, buscou com esse preâmbulo responder à seguinte pergunta: Qual a percepção do arquivo público no imaginário dos cidadãos residentes na cidade de Salvador/Ba? Ensejando responder ao problema, o objetivo geral pretendeu conhecer a percepção do cidadão da cidade de Salvador/Ba, em relação ao arquivo público. Nessa direção, buscou-se por via dos objetivos específicos:

- a) identificar o perfil dos entrevistados, usuário potencial ou real de arquivo público;
- b) descrever e analisar a percepção desses participantes em relação ao arquivo público;
- c) identificar e analisar as barreiras que limitam o conhecimento das atividades desenvolvidas no arquivo público.

A motivação condutora para esta pesquisa se atribuiu à questão do tema não ter sido exaurido, demandando estudos que façam avançar o assunto na área da Arquivologia, visto que em meio ao levantamento bibliográfico não foi localizado trabalho versando sobre a percepção do cidadão em relação ao arquivo público. Desse bojo, também emerge a pretensão de obter resultados para discutir e ampliar a temática dentro do campo arquivístico, na expectativa da sua divulgação vir a atuar como elemento motivador para novas pesquisas e orientar ações, para apoiar os atuais e futuros gestores de instituições arquivísticas em seu exercício profissio-

nal, identificando novos caminhos e possibilidades de estabelecer políticas e ações efetivas para o arquivo. Ademais, a abordagem concerne em colaborar efetivamente para superar a possível imagem do arquivo como mero guardador de documentos, a fim de torná-lo melhor conhecido e frequentado.

O pressuposto é que poucos conhecem a função dessa unidade de informação, cabendo às instituições arquivísticas saberem divulgá-lo para marcar presença no atual cenário da informação, aprimorando produtos e serviços para que o cidadão largamente tome conhecimento do seu potencial.

A fundamentação teórica foi delineada com vista a abordar o assunto a partir de um viés social, apoiada, sobretudo, na definição de arquivos públicos proposta por Schellenberg (2006, p. 353): “[...] documentos oficiais que têm valor para fins outros que não aqueles para os quais foram criados, ou seja, para fins secundários.” Esse conceito foi adotado, porque extrapola a questão inicial de servir à instituição. Ao enfatizar fins secundários, permite contemplar melhor o cidadão, aprimorando espaço para além das competências que justifica a existência primeira do arquivo, dada a sua missão secundária, a qual para Bellotto (2006, p. 227), “[...] é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro”. Isso permite alargar e discutir novos horizontes para o arquivo e para o público.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi descritiva do tipo quantitativa e de natureza aplicada. Assim identificou e analisou os dados coletados de uma amostra de 104 participantes, por via do questionário/formulário, dentre o universo da população residente em Salvador/Ba, alfabetizados ou não, independente de religião, raça, sexo e idade, isto é, qualquer pessoa capaz de responder às perguntas elaboradas.

Em linhas gerais, os resultados permitiram concluir que os cidadãos reconhecem o arquivo público como um espaço de serviço de informação e de grande importância, contradizendo o pregado por inúmeros autores quando afirmar que a maioria das pessoas o vê como um depósito de papel e documentos. Entretanto emerge a expectativa de que sejam concebidos futuros estudos mais aprofundados sobre o assunto tratado, junto com a necessidade de desenvolver no arquivo público, programas pautados na promoção do marketing para que seja amplamente disseminado, resul-

tando em reconhecimento de suas diversas atividades, e assim servir um maior número de pessoas e cumprir largamente a sua função social.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre. Esfera pública informacional: os arquivos na construção da cidadania **Inf. & Soc.**, João Pessoa, v.17, n.2, p.31-39, maio/ago., 2007.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: teoria e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

A TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS COMO DINAMIZADOR DA GESTÃO DOCUMENTAL: O Caso do Ministério Público do Estado da Bahia

Aloisio Oliveira Ramos

Bacharel em Arquivologia/UFBA

Coordenador do Arquivo Central MPBA

Este resumo tem o objetivo de apresentar a proposta de dinamização da Gestão de documentos do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), através da reformulação da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD).

O MPBA tem como Missão defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena, tendo como Visão ser reconhecida como uma instituição de excelência, indutora de respeito aos direitos sociais. O MPBA atua em defesa dos interesses da coletividade, tendo como áreas principais: Cível, Fundações e Eleitoral; Consumidor; Criança e Adolescente; Criminal; Diretos Humanos; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Segurança Pública e Defesa Social. A Instituição é composta por 29 Promotorias de Justiça Regionais que são destinadas a coordenar e prestar auxílio material é técnico às atividades das Promotorias de Justiça do interior que integram as respectivas regiões.

A TTD foi concebida no âmbito do MPBA como uma ferramenta de auxílio na gestão documental da Instituição. Através dela foi possível ter um norteador para racionalizar e otimizar a gestão de arquivos, promovendo a organização dos respectivos lotes documentais produzidos e recebidos, que estavam custodiados sem uma destinação adequada. Implantada em 2005, causou um grande impacto, tendo em vista que a TTD contemplava 322 itens documentais.

Nos anos iniciais após a sua implantação, os efeitos positivos da implantação da TTD foram consideráveis, porém, com o desenvolvimento institucional e maior cobertura de ações, ficou nítido que seria necessário uma nova proposta de tabela, porque apesar de contemplar 322 tipos de documentos, havia uma carência no que diz respeito a área finalística. Se a atividade-meio (Gestão administrativa) era bem atendida, o mesmo não podia ser dito sobre a área finalística, que contava com apenas 8 códigos e prazos de guarda não condizentes com às respectivas finalidades.

O resultado dessa defasagem foi a saturação de espaços destinados aos arquivos correntes, comprometendo com o atendimento aos usuários desses acervos e o risco de danos aos documentos.

Visando buscar soluções para resoluções dos problemas existentes, foi iniciado um processo de pesquisa que atuava em duas frentes de trabalho:

- 1 - Pesquisa interna - Levantamento do fluxo de produção e tramitação dos documentos na Instituição;
- 2 - Pesquisa externa - Troca de experiências com outras instituições;

Com o andamento dos trabalhos, foi possível avaliar quais os pontos negativos existentes na política de gestão documental em vigor, e a partir dos dados, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- 1 - Promoção do Curso de Gestão de Documentos para os representantes das Promotorias e dos Setores do MPBA;
- 2 - Desenvolvimento do Manual de Arquivo;
- 3 - Proposta de atualização da TTD, com a inclusão de documentos da área finalística.

Os dois primeiros itens (Curso e Manual) já foram desenvolvidos e finalizados, o Manual de Arquivo encontra-se disponível na Intranet da Instituição, enquanto a proposta de atualização foi incluída como uma das iniciativas do Plano Estratégico 2011-2023 com a seguinte descrição: *14.6.5 Iniciativa Estratégica: Elaborar e implementar projeto dos processos de seleção, arquivamento e descarte dos documentos relevantes da Instituição, na capital e no interior, a partir da atualização de Tabela de Temporalidade Documental (TTD).*

Com a inclusão de 105 novos códigos voltados para a área finalística, a TTD vai proporcionar uma nova dinâmica de organização, tramitação, descartes e armazenamento de documentos, evitando riscos de danos e perdas de informações, além da economia de recursos financeiros.

REFERÊNCIAS

Bahia. Ministério Público. Assessoria de Gestão Estratégica. **Plano Estratégico 2011-2023** / Ministério Público do Estado da Bahia. Assessoria de Gestão Estratégica. – Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2011. Bahia. Ministério Público. *Conhecendo o Ministério Público* - Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2009.

Bahia. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. **Coletânea dos principais atos administrativos do Ministério Público do Estado da Bahia**/ Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Salvador: Qualigraf, 2005. 336 p. Atualizada até dezembro 2005. Inclui índice cronológico. Inclui índice alfabético-remissivo

ARQUIVOLOGIA E FILOLOGIA: O Arquivo Pessoal de Ariovaldo Matos no Horizonte Contemporâneo da Crítica Textual

Mabel Meira Mota

Bacharel em Arquivologia/UFBA

Doutoranda em Literatura e Cultura PPGLINC/UFBA

Rosa Borges dos Santos

Professora Associada/UFBA

Professor Titular/UNEB

A princípio, deve-se dizer que o presente trabalho se tece como desdobramento da pesquisa desenvolvida e apresentada na dissertação de mestrado *Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou As Interrogações, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto* (MOTA, 2012), produzida e defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da professora Dra. Rosa Borges.

A relação de interdependência entre o labor filológico e arquivos pessoais é bastante antiga. Pretende-se historicizar os modos de utilização, de compreensão e de apropriação dos arquivos pessoais no âmbito da Filologia e como estes podem suplementar e potencializar as reflexões contemporâneas acerca da renovação de seus métodos e pressupostos teóricos. Para tanto, discutimos as contingências que presidem a acumulação documental e os contextos arquivístico e sócio-histórico nos quais o Arquivo Pessoal de Ariovaldo Matos (APAM) se insere e o caráter performático dos gestos e investimentos do intelectual na produção de uma imagem de si. Interessa assinalar os efeitos do arquivamento iniciado pelo titular e por “outras mãos” – no itinerário entre a “oficina do escritor” e outros locais em que foi depositado e atualizado –, na produção, circulação, transmissão

e revitalização de sua produção dramaturgica, bem como no delineamento das suas experiências na cena intelectual baiana.

REFERÊNCIA

MOTA, Mabel Meira. *Da trama do arquivo à trama detetivesca de Irani ou as interrogações, de Ariovaldo Matos: leitura filológica do arquivo e edição do texto*. f. 198 Il. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ARQUIVOS PESSOAIS CONTANDO A HISTÓRIA DOS CLUBES DE FUTEBOL: O Caso do Esporte Clube Vitória

Luciano Souza Santos

Mestrando em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Especialista em Comunicação-Cibercultura /UFBA

O futebol é um dos esportes mais populares do mundo e a paixão dos torcedores pelos seus clubes do coração os levam a colecionar uma infinidade de itens como camisas, bandeiras, flâmulas, jornais e revistas, ingressos das partidas, vídeos e fotos, entre muitos outros que contam a história da instituição.

Os arquivos pessoais dos torcedores são uma fonte preciosa de informação no processo de preservação da memória dos clubes. Construídos ao longo das vidas de seus fãs, representam verdadeiros tesouros para as agremiações esportivas que têm o futebol entre as suas modalidades disputadas.

A pesquisa desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Arquivologia, na Universidade Federal da Bahia, objetiva responder os seguintes questionamentos: como estão organizados os arquivos pessoais dos torcedores? Como os torcedores contribuem com a história do clube com suas produções? Os torcedores estão dispostos a contribuir com um repositório digital para o clube e, conseqüentemente, com a preservação da sua memória?

As respostas a tais perguntas foram obtidas a partir de pesquisa junto aos torcedores do Esporte Clube Vitória, clube de futebol de Salvador-BA. O método utilizado para a pesquisa foi o quali-quantitativo, com a análise das experiências dos torcedores através de um questionário composto por itens objetivos e subjetivos, como também por meio de entrevistas com torcedores colecionadores. Utilizou-se, ainda, uma avaliação das mensagens dos torcedores-escritores em suas obras sobre o Vitória.

Os conceitos de arquivos privados, arquivos pessoais, documentos e coleções são discutidos e amparam a pesquisa no que diz respeito à sua aderência com a Arquivologia. Alguns dos documentos colecionados pelos torcedores têm características de documentos de arquivo, outros não. O torcedor assume o papel de colecionador e a intencionalidade é uma característica das coleções, o que as afastaria da condição de documentos de arquivo, acumulados de forma espontânea.

A bibliografia da área não faz referência aos arquivos pessoais como aqueles que são montados pelos indivíduos para uma área de interesse comum a outras pessoas. É desta forma que os arquivos pessoais são enquadrados nesta pesquisa, como aqueles repletos de documentos das mais variadas tipologias, convergindo para a representação de um clube de futebol.

A pesquisa apresentou, entre seus resultados, a grande importância dada pelos torcedores à história do clube. Aliado a este fato, além de armazenar acervos, geralmente sem os devidos cuidados técnicos, os torcedores produzem livros, escrevem em sites e redes sociais, saindo do papel de consumidores de informação, para o protagonismo da emissão em grande escala no processo comunicacional estabelecido com o uso das novas tecnologias da informação e comunicação.

As possibilidades de interação no mundo virtual, lastreado pela internet, permitem o agrupamento de torcedores nas redes sociais, ponto de partida para a criação de espaços onde se pode armazenar coletivamente a informação que conta a história do clube, quer seja com itens físicos digitalizados, como com itens que já nascem digitais, casos das fotos registradas pelos torcedores com suas câmeras nas partidas de futebol, produção que representa hoje a maior parte da documentação armazenada pelos fãs do esporte.

A existência de um memorial físico oficial não indica, a princípio, que toda a história do clube será abraçada e a memória será preservada por iniciativa única da instituição. A pesquisa mostra que existe alguma resistência dos torcedores em ceder as suas coleções ao clube. No entanto, uma opinião quase unânime é a de que a construção de um acervo digital colaborativo com documentos históricos, dentro do conceito de repositórios digitais, seria prestigiada por estes torcedores.

Os repositórios digitais apresentam-se, a partir do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação e da incapacidade dos clubes

em fomentar o desenvolvimento dos seus memoriais físicos, como alternativa a se considerar na preservação da memória das instituições ligadas ao futebol.

O resgate da memória de um clube de futebol passa pelos arquivos pessoais dos seus torcedores. São estes que possuem involuntária ou voluntariamente os acervos que trazem à tona a trajetória do clube da sua fundação até os dias de hoje. Os repositórios, por sua vez, representam um memorial onde os acervos dos clubes e de seus fãs, com os seus arquivos pessoais, estarão sob a mesma tutela, gerenciados de forma igualitária, contribuindo para a preservação digital, levando-se em conta que as práticas de guarda, segurança e atualização serão bem administradas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo. **Eu sou um nome na história: a história do Esporte Clube Vitória. Tradição – 1899-1939. Da fundação ao fim do amadorismo.** Salvador: Alpha CO, 2008.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego.** Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

SANTOS, Luciano. **Interatividade e relações sociais nos sites não oficiais de futebol: o site Barradão On Line.** Salvador, 2008. Orientador: Prof. Dr. José Carlos Ribeiro. Monografia de Especialização (Comunicação - Cibercultura) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação, 2008.

ARQUIVOS PESSOAIS EM EVIDÊNCIA: O Caso do Arquivo de Epifânio Dória.

Lorena de Oliveira Souza Campello

Doutora em História Social/USP

Esse trabalho consiste numa sucinta apresentação da tese de doutorado “O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade de São Paulo. Essa pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os arquivos pessoais estão cada vez mais em evidência e na pauta de discussão entre estudiosos e profissionais da área arquivística. Contribuindo para a discussão em crescimento, apresentamos a defesa de um novo método de pesquisa com arquivos pessoais, fundamentado, desenvolvido e demonstrado a partir da criação de um instrumento de pesquisa desenvolvido paralelamente: o **Inventário cronológico do arquivo de Epifânio Dória.**

Filho de proprietários de terras, Epifânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no ano de 1884, em Campos (Sergipe). O titular do arquivo participou da formação de praticamente todos os centros de estudo, arquivos, bibliotecas, revistas e instituições dedicadas às humanidades no Estado de Sergipe. Dedicou-se com afinco à organização de arquivos por seis décadas reunindo documentos, angariando recursos e adquirindo fundos.

Figura representativa em Sergipe por sua contribuição à guarda, preservação de documentos históricos e arquivos pessoais de personalidades sergipanas, notabilizou-se também pela incansável pesquisa histórica desenvolvida ao longo de sua vida. Falecido em 1976, Epifânio Dória nos deixou um precioso conjunto documental, que perfaz um período riquíssimo da história do Brasil, marcado por acontecimentos e transições importantes, que apresentam para o pesquisador inúmeras possibilidades de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

O arquivo de Epifânio Dória possui 35.193 documentos, estando distribuído, e conseqüentemente fragmentado, em três importantes instituições sergipanas, a saber: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES) e Biblioteca Pública Estadual Epifânio Dória (BPED).

Apesar de fisicamente fragmentado, trata-se de um arquivo íntegro, preservado pela família e, posteriormente, pelas instituições de custódia que o receberam. Entrar em contato, conhecer e trabalhar com a documentação reunida por este importante intelectual, historiador e bibliotecário sergipano foi nossa tarefa.

Nesta nova proposta metodológica percorremos: a funcionalidade, o contexto de produção dos documentos e o vínculo documental. Essa tarefa foi potencializada com a criação, o desenvolvimento, a alimentação e o uso de um banco de dados, que contribuiu para a recuperação das informações e para a construção dos verbetes formadores da cronologia — elementos de classificação que deram um sentido mais imediato aos documentos.

Nesta proposta, a classificação assumiu o patamar mais próximo dos documentos, classificados um a um, sendo priorizada a escala micro e levando em conta as especificidades da trajetória de vida do titular do arquivo.

A construção do inventário cronológico permitiu um diálogo exaustivo entre a documentação produzida e acumulada por seu titular e sua trajetória de vida. Entendendo-se diálogo não como uma interpretação

histórica, mas como a construção de uma ponte entre o documento e a atividade/evento que lhe deu origem.

O arquivo de Epifânio Dória nos impôs problemas práticos e teóricos complexos, mas, em contrapartida, nos ofereceu a chance de discuti-los, buscando soluções e propostas no desenvolvimento da pesquisa.

O trabalho de pesquisa apresentado fornece novas nuances a metodologia arquivística de forma a fundamentar a organização, descrição e contextualização dos documentos pessoais, sem ferir os princípios da área; além de aprofundar, com base na documentação, a própria biografia de Epifânio Dória.

REFERÊNCIA

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. **O legado documental de Epifânio Dória: por uma abordagem funcional dos arquivos pessoais**. 2015. USP. FFLCH. São Paulo.

BREVE ESBOÇO SOBRE DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL E A IMPORTÂNCIA DE SUA PRESERVAÇÃO PARA PROMOVER O ACESSO

Tháise Menezes de Oliveira

Estudante do Curso de Graduação em Direito/UFBA
Bolsista PIBIC/UFBA 2014-2015

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA
Bolsista de Produtividade pelo CNPq

A história do audiovisual começa com o cinematógrafo dos irmãos Lumière, na França do final do século XIX, onde a imagem em movimento foi pela primeira vez mostrada ao público. É impossível negar que o enfoque do audiovisual é o cinema; no entanto, não é onde está toda a sua documentação. De lá pra cá, o audiovisual teve seus anos dourados em Hollywood, e passou por várias crises, pois, de início, o material base de composição das películas era altamente inflamável, o que resultou em grandes perdas filmográficas até meados do século XX devido a incêndios. Pensava-se que o problema da auto-combustão que vitimou os filmes de nitrato estaria resolvida com a troca do material da base do filme, mudando-se do nitrato de celulose para o acetato (e daí para o poliéster), mas com o tempo percebeu-se que o novo suporte também tinha seus problemas, ao se depararem com o processo de deterioração conhecido como “síndrome do vinagre”, reforçando-se, assim, a consciência acerca

da importância da climatização para a preservação. A atual crise atinge tanto os formatos analógicos quanto os formatos digitais... A digitalização, que surge como uma alternativa para a preservação e promete uma possibilidade de acesso mais eficaz do que jamais se teve, com o advento da internet, entra também em xeque, por precisar de migração contínua, considerando que os suportes e formatos digitais sofrem com a rápida obsolescência tecnológica.

Os objetivos específicos do “Plano de Trabalho 1 - Conversão digital de acervos em instituições públicas de Salvador (Fase 2 de 4)”, parte integrante do Projeto “Desafios e alternativas digitais para a salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual (2013-2016)”, são o levantamento e a análise bibliográfica sobre o tema e reflexão sobre os problemas encontrados nas instituições participantes do projeto, inicialmente apenas nas cidades de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, mas acabamos por expandir muito o número de instituições de outras cidades, de diferentes estados, agora participantes do projeto como respondentes de nosso instrumento de coleta de dados.

A metodologia utilizada para a realização do plano de trabalho até o presente momento foi a leitura da bibliografia indicada pelo orientador, fichamentos desenvolvidos a partir da reflexão sobre os textos e o início de produção de comunicações escritas sobre o tema. A coleta de dados feita durante os últimos 13 meses, através dos questionários online na plataforma Survey Monkey Gold, utilizada para expandir e alcançar as mais diversas instituições públicas do país, nos possibilitou um campo muito maior do que nos propiciaram as visitas técnicas realizadas nas 35 instituições públicas participantes da primeira fase do projeto (2005-2007), exclusivamente na cidade de Salvador.

Nessa fase atual da pesquisa, durante o retorno às mesmas 35 instituições de Salvador, realizadas com o orientador, os demais bolsistas e membros do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), pudemos verificar de perto as condições e a real situação dos acervos documentais audiovisuais das instituições públicas da cidade. Constatamos que os acervos são relativamente pequenos, compostos na sua maioria esmagadora por fitas VHS, DVD, algumas Betacam, U-matic e miniDVs, guardados em armários ou estantes inadequadamente, e muitas vezes o ambiente nem mesmo é devidamente climatizado. Funcionários relatam sobre as dificuldades de se manter o acervo, principalmente por

não possuírem mais o suporte necessário para a reprodução (para ver o conteúdo da mídia).

A conversão digital está atrelada intimamente à alternativa de preservação mais viável no mundo atual, que pede avidamente pela difusão de informação e seu acesso livre, pois com a digitalização dos acervos eles podem escoar pela rede mundial de computadores, garantindo o acesso. Não há sentido em preservar se não for para dar o acesso, tais ações são como um par inseparável, que só faz sentido se estiverem juntos, em separado são incompletos. Existem dificuldades no processo de digitalização, como a obsolescência tecnológica dos formatos e suportes, onde surge a necessidade de uma migração contínua para se adequar às “novidades”, ou mesmo a falta de diretrizes de preservação no nosso próprio ordenamento jurídico para que se pudesse garantir um direito tão importante. O analógico se mostra muito mais resistente à passagem do tempo, e nas condições adequadas pode sobreviver por longo prazo, porém, nos dias atuais, o acesso tem apelo mais forte. É um debate constante: o que seria mais adequado à preservação seria também o mais adequado para a difusão e o acesso?

REFERÊNCIA

SILVA, Rubens R.G.. **Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual**. Anais do II SECRI - Seminário CRIDI de Pesquisa, Salvador, 10jun2014. Disponível em: <http://www.secrdi.ici.ufba.br/modulos/submissao/Upload-221/60167.pdf> . Acesso em: 28jun2015.

BREVE RELATO SOBRE PESQUISA ACERCA DOS DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL AUDIOVISUAL EM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA

Bolsista de Produtividade pelo CNPq

Adriana Cox Hollós

Conservador do Arquivo Nacional do Brasil

Presidente da Câmara Técnica de Capacitação
de Recursos Humanos do CONARQ

Ricardo Sodré Andrade

Doutorando em Informação e Comunicação
em Plataformas Digitais UP e UA Bolsista CAPES

Neiva Pavezi

Mestre em Patrimônio Cultural/UFMS

João Ricardo Chagas dos Santos

Graduado em Sistemas para Internet/UNIFACS

Bolsista CNPq de Apoio Técnico

à Pesquisa - Nível Superior A1 (2013-2016)

Em 2005 o Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) deu início ao projeto de pesquisa “A conversão digital de documentos especiais de acervos públicos e a consciência informacional: Aspectos técnicos e teóricos no âmbito da Ciência da Informação”. Esta primeira fase da pesquisa (2005-2007, com o apoio da UFBA, CNPq e FAPESB, para bolsas PIBIC), permitiu coletar dados sobre acervos públicos de fotografia, som e audiovisual em 109 instituições públicas na cidade do Salvador (Bahia, Brasil), das quais 35 mantinham documentação audiovisual.

Em 2013 demos início à segunda fase da pesquisa, voltada para os acervos audiovisuais. Nesta segunda fase da pesquisa (2013-2017) contamos com o apoio da UFBA, CNPq e FAPESB, para bolsas PIBIC, e do CNPq, para bolsas IC, PIBIC, de Produtividade em Pesquisa e de Apoio Técnico de Nível Superior, além de recursos de Chamada Universal. Na fase atual as 35 instituições iniciais, mais algumas outras em Salvador, e também de outros oito estados brasileiros e Distrito Federal, aderiram à pesquisa, totalizando (em maio de 2015) 67 instituições/organizações/setores representativas do patrimônio audiovisual no país.

Os dados coletados procuraram identificar, entre outros aspectos, temáticas dos acervos; formatos/suportes e instrumentos de controle de consultas ao acervo; prioridades para digitalização e normativas, políticas, planos de desastres. A finalidade da reunião destes dados está em conhecer o que vem sendo feito, como, porquê, e o que podemos extrair destas experiências, reunindo elementos de aperfeiçoamento de ações colaborativas futuras. Inicialmente a pesquisa limitou-se a instituições públicas, mas no decorrer do processo decidimos incorporar três importantes organizações privadas, que responderam nosso questionário: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o Centro de Documentação da Rede Globo de Televisão do Estado do Rio Grande do Sul e o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Pontifícia Universidade Católica do Estado de Goiás.

O objetivo geral da pesquisa é propor abordagens conceituais e reunir elementos relativos a procedimentos técnicos orientados à salvaguarda de documentação audiovisual.

Em 2007, próximos à conclusão da primeira fase da pesquisa, tivemos a oportunidade de participar do primeiro evento *Safeguarding Sound and Image Collections* (SOIMA), promovido pelo International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM). A partir desta experiência, o autor e a primeira co-autora deste resumo publicaram artigo bilíngüe no site do ICCROM (em inglês e português, disponível em <http://soima.iccrom.org/brazil-education/#more-215>, acesso em 28/05/2014). Em agosto e setembro de 2015 o autor principal estará representando o Grupo CRIDI mais uma vez no SOIMA, a ser realizado em Bruxelas, apresentando os resultados deste trabalho.

Um de nossos principais produtos será um modelo de repositório destinado ao acesso remoto a versões digitais nativas ou resultantes de digitalização em acervos audiovisuais públicos. A iniciativa, denominada *Legatum*, constitui-se em um repositório aberto, multi-idiomas, colaborativo, baseada em uma plataforma digital compatível com normas arquivísticas internacionais (ICA-AtoM – International Council on Archives/Access to Memory). Num primeiro momento, o *Legatum* deverá reunir e divulgar representações de acervos audiovisuais produzidos/custodiados no âmbito público dos países que possuem como idiomas oficiais português, espanhol, catalão, galego, romeno, francês e italiano. O objetivo é identificar e descrever, ou obter a descrição, das instituições públicas de custódia e dos respectivos acervos audiovisuais, permitindo uma visão diferenciada deste patrimônio, favorecendo novos esforços de conhecimento. Em breve o *Legatum* incorporará também o *Archivematica*, sistema *open source* de preservação digital recomendado pelo Arquivo Nacional do Brasil. Nesta ação temos o apoio fundamental da Superintendência de Tecnologia da Informação da UFBA. Creditamos também como essencial o apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-MCTI), através da Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital.

Estabelecemos outras metas direcionadas à formação de corpo técnico e acadêmico, que gostaríamos de ver iniciadas até 2017, como cursos à distância, de aperfeiçoamento e de especialização, ou mesmo um mestrado profissional, em Arquivos de Imagem em Movimento.

REFERÊNCIA

HOLLÓS, Adriana; SILVA, Rubens R.G. *Toward a Curricular Structure / Preservação Audiovisual: Uma breve reflexão para uma estrutura curricular*. Disponível em <http://soima.iccrom.org/brazil-education/#more-215>. Acesso em: 23/05/2015.

CRIME PRESCRITO, FONTES VIVAS. CAMINHOS DE ACESSO E PROCESSAMENTO DE FONTES CARTORIAIS E PRIVADAS DE UM HISTORIADOR DO TEMPO PRESENTE

Lucas Porto Marchesini Torres

Mestre em História Social pelo PPGH/UFBA

Em abril de 1986 um assalto a banco frustrado pela polícia em Salvador (BA) repercutiu amplamente em todo o país devido às suas vinculações com o Partido dos Trabalhadores. Segundo declarações dos assaltantes presos, eles eram militantes do PT e pretendiam ajudar a Nicarágua sandinista com os dividendos do crime. Dias depois, porém, descobriu-se uma segunda militância deles no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, organização que anos antes envolveu-se na luta armada clandestina contra a ditadura e que na década de 1980 era uma tendência petista.

Ao todo, seis militantes foram presos por se envolverem naquela tentativa de assalto. Militantes, diga-se, com origens bastante diferentes no território brasileiro, espalhados por Ceará, Pernambuco, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. As primeiras investigações ocorreram por conta da Polícia Civil, em âmbito estadual, e em seguida também agentes da Polícia Federal passaram a trabalhar simultaneamente no caso, dada sua conotação política. Assim, com jurisdição ampliada, investigaram domicílios e interrogaram pessoas em vários estados. Com seu trabalho acumularam inúmeras apreensões: bilhetes manuscritos, documentos partidários, cartas pessoais, contas de telefone, fotografias, etc. Definitivamente, uma profusão de fontes foram encontradas pela polícia – nem todas coligidas no processo. Algum tempo depois, as polícias concluíram seus trabalhos e apontaram caminhos distintos para os presos: a Civil recomendou à Justiça da Bahia o enquadramento deles na legislação criminal comum; a Federal, por sua vez, os enquadrando na Lei de Segurança Nacional, identificando naquele assalto um caráter de subversão da ordem. Dessa maneira, dois processos foram instaurados contra os militantes: um na Justiça Comum, outro na Auditoria Militar.

Simultaneamente, aqueles militantes foram julgados pelo crime que cometeram em suas esferas pessoais e também nos círculos políticos que frequentavam, o Partido dos Trabalhadores. Por isso desenvolveram uma estratégia de defesa dupla: defendiam-se perante a Justiça – num dado momento os dois processos convergiram em um único, tocado pela Justiça Comum da Bahia – e também lutavam pelo reconhecimento social de sua condição de presos políticos.

Dessa maneira, além de ocupar na história do PT um lugar folclórico e pouco explicado – citado sempre com intensas e taxativas condenações – esse evento sempre esteve muito mal explicado. Aos olhos de hoje, novas questões são despertadas por ele e o acesso a fontes antes protegidas garante novas explicações. A presente proposta se pauta no estudo desenvolvido durante minha pesquisa de mestrado, concluído em 2013, na qual dispus de ocasião para acessar não apenas o referido processo crime, mas também documentos de acervos pessoais dos próprios militantes envolvidos e de seus familiares. De modo que pretendo com ela discorrer sobre as formas de acesso necessárias para alcançar tais fontes, bem como os diversos resultados alcançados com o seu cotejamento.

Os objetivos da proposta pretendem:

- Demonstrar o quanto fontes arquivadas em cartórios apresentam entraves à sua consulta da mesma forma que as fontes privadas;
- Discorrer sobre as práticas de arquivamento realizada pelo trabalho policial bem como sobre as lacunas e faltas percebidas a partir do manuseio do processo;
- Apontar as limitações e os problemas do uso de documentos elaboradas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI);
- Diferenciar o tratamento arquivístico recebido por documentos na esfera pública e na esfera privada;
- Revelar as diferentes interpretações alcançadas a partir do acesso a fontes públicas (o referido processo e também a cobertura da imprensa) e fontes privadas (documentos não apreendidos pela polícia e também registros memorialísticos gravados em entrevistas);
- Evidenciar como o acesso a tais fontes permite compreender a formação de memórias privadas e públicas acerca do evento em tela;
- Por fim, demonstrar também como a produção de documentos varia conforme o período em que ela ocorre e conforme o interesse de quem os produz, produzindo sempre novas perspectivas sobre um mesmo evento.

REFERÊNCIAS

- FIGUEREDO, Luciano R. “História e Informática: o uso do computador”.
In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp. 419-439.
- MOTTA, Márcia M. Menendes. “História, memória e tempo presente”.
In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**.

Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp. 21-36.

PASSERINI, Luisa. “A ‘lacuna’ do presente”, pp. 211-214 In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944: mito, política, luto e senso comum)”, pp. 103-137.

In.: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. “Arquivos: propostas metodológicas”, pp. 211-214. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (coords.). **Usos e abusos da História Oral**. 8ª edição, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E AS LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS NO ÂMBITO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Maria de Fatima Santos de Lima

Bibliotecária/DPE

Bacharela em Arquivologia

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Professor Adjunto ICI/ UFBA

Esta comunicação apresenta o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre a importância das linguagens documentárias no processo de descrição arquivística (LIMA, 2014). O TCC teve como tema a representação da informação nos arquivos a partir da Descrição Arquivista. A Descrição Arquivística é um processo de pesquisa essencial para o tratamento, a representação e a recuperação das informações orgânicas. Esse processo gera produtos de referência (e.g. guia, inventários, catálogos, índices, sistemas de buscas dentre outros), caracterizados nesta pesquisa como mecanismos de disseminação da informação orgânica. A Descrição é uma função da Arquivologia primordial para subsidiar uma outra função no âmbito da Arquivística, a da Disseminação da Informação Orgânica. A pesquisa teve como objetivo geral verificar a utilização de taxonomias e de ontologias para representar a informação orgânica contida nos documentos custodiados pelas instituições arquivísticas públicas estaduais brasileiras. A natureza da pesquisa foi aplicada com abordagem quali-quantitativa. De acordo com os objetivos, a pesquisa foi classificada como exploratória e descritiva. O universo da pesquisa foram as instituições arquivísticas públicas estaduais brasileiras e as instituições com sites oficiais e que disponibilizam instrumentos de referência para consulta *online* conformaram a amostra selecionada para a aplicação dos instrumentos da pesquisa de campo e de levantamento. Os procedimentos da pesquisa

são os bibliográfico, documental, de levantamento e de campo. Para representar um acervo é necessário operacionalizar atividades, técnicas e processos concernentes a Arquivologia, permitindo o acesso e a disseminação da informação orgânica. Considera-se que são muitos os aspectos relacionados a efetivar uma busca e recuperação da informação dos documentos de arquivos. Supõe-se que se as instituições arquivísticas possibilitam a troca ou o compartilhamento de informações orgânicas, elas podem garantir o seu papel de difusores de conhecimento e da memória social. É recomendável compreender a função de Descrição Arquivística como um conjunto de procedimentos para potencializar o uso das informações nos arquivos. Este conjunto é dependente da utilização de ferramentas de organização e representação do conhecimento organizacional e da informação orgânica, com a finalidade de subsidiar o processo de indexação por meio de linguagens, como as ontologias e as taxonomias. Tal visão é contrária a da Arquivologia Custodial que compreende a função de Descrição apenas como um procedimento para a elaboração de instrumentos de pesquisas. Os resultados indicam que há uma necessidade de mais estudos a respeito das ontologias e taxonomias como ferramentas para organizar e representar o conhecimento e a informação em sistemas de organização do conhecimento (SOC) e, principalmente, das aplicações nos sistemas de indexação na área de Arquivologia. É possível a aplicação de ontologias e de taxonomias, como ferramentas fundamentais para organizar e representar a informação em SOC na área de Arquivologia. A adoção do SOC pode proporcionar ao usuário final dos arquivos uma recuperação da informação de forma rápida e eficaz. Por finalizar, foi revelado nesta pesquisa, que as linguagens documentárias, a exemplo das taxonomias e das ontologias, ainda, são utilizadas timidamente nas intuições investigadas. Sugere-se uma necessidade de estudos aplicados e teóricos sobre ontologias e taxonomias como ferramentas para organizar e representar o conhecimento organizacional e a informação orgânica em SOC e de suas aplicações nos sistemas de indexação de arquivos.

REFERÊNCIAS

LIMA, Maria de Fatima Santos de. **As linguagens documentárias na descrição arquivística: um olhar nas instituições arquivísticas públicas estaduais brasileiras**. Salvador, 2014, 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal da Bahia - Instituto de Ciência da Informação. Salvador, 2014. Orientador: Prof. Dr. Francisco José Aragão Pedroza Cunha.

**DIRETRIZES PARA A GESTÃO DA SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA ANATEL: Proposta
Com Base nos Princípios Exarados Pelo Gabinete de
Segurança Institucional da Presidência da República**

Fausta Joaquina Clarinda de Santana de Araújo Lima Lobo

Doutoranda em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Mestre em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília e pela
Université du Sud Toulon-Var

Especialista em Inteligência Competitiva pela UFRJ/INT/Ibict

Este estudo visa identificar diretrizes capazes de contribuir com a segurança da informação arquivística não digital, com base nos princípios exarados pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, dentre os quais se incluem os princípios de segurança da informação e comunicações, quais sejam: disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade (DICA). Este termo mnemônico é recorrentemente utilizado na área de segurança da informação como símbolo e sinônimo resumido dos princípios fundamentais da segurança da informação e por essa razão é utilizado na forma abreviada nesta pesquisa.

Especificamente, objetivou identificar as diretrizes em vigor da política de segurança da informação arquivística na Anatel; adequar a gestão arquivística à DICA; comparar o que está em vigor na gestão informacional da instituição, com o que norteia as propriedades ou princípios de segurança da informação e comunicações e propor as modificações para seguir o exarado nos princípios de segurança da informação e comunicações.

A metodologia centra-se na elaboração de um estudo de caso. O ambiente de estudo é a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), sendo o universo dois arquivos gerais não digitais, o arquivo geral da sede, localizada em Brasília, e o arquivo geral do escritório regional da Bahia.

A fundamentação teórica baseia-se na literatura da área, a qual destaca a existência de três princípios de segurança da informação que devem ser considerados a fim de resguardar os ativos. Segundo Sfredo e Flores (2012, p. 163-164), um sistema de segurança da informação eficiente se baseia em princípios ou características que norteiam seus processos. A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27002, apresenta estes princípios como sendo: a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade. Contudo, a Norma Complementar 02/IN01/DSIC/GSIPR, considera quatro princípios basilares para a gestão de segurança da informação e comunicações:

disponibilidade, integridade, confiabilidade e autenticidade (DICA). Neste contexto, Fernandes (2010, p. 7), diz que do ponto de vista da ciência da informação, o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia de Cunha e Cavalcanti (2006) define segurança da informação usando termos similares aos empregados na computação, mas com interpretações distintas. Dessa forma, o estudo foi direcionado ao universo arquivístico, embora a segurança da informação esteja bastante atrelada ao ambiente digital. Para isso, foram adaptadas as principais Normas Complementares elaboradas pelo Departamento de Segurança da Presidência da República (DSIC), a fim de permitir utilização como arcabouço para definir diretrizes para a gestão da segurança da informação arquivística da instituição estudada.

A análise dos resultados revelou que os arquivos gerais investigados adotam medidas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), contudo necessita de aprimoramento e o estabelecimento de diretrizes. Concluiu recomendando que a Anatel precise adotar o DICA e inserir o conceito de segurança da informação arquivística na instituição, observando as diretrizes fundamentais para a SIC em arquivos não digitais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Anatel. **Norma Complementar 02/IN01/DSIC/GSIPR**. Metodologia de Gestão de Segurança da Informação e Comunicações. 2008b. Disponível em: <<http://dsic.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- FERNANDES, Jorge H. C. **Controle de Acessos**: GSIC211. 2010a. 32 p. Notas de Aula.
- _____. **Gestão da segurança da informação e comunicações**. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2010b.
- _____. **Metodologia de Pesquisas de Estudo de Caso no Programa de Formação de Especialistas para o Desenvolvimento da Estratégia e Metodologia Brasileira de Gestão de Segurança da Informação e comunicações – PFEMBSIC**, 2010c. 14 p. Relatório Técnico (Especialização em Gestão da Segurança da Informação e Comunicações) - Departamento de Ciência da Computação, Instituto de Ciências Exatas, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- _____. **Protocolo de Estudo de Caso: Sistemas de Informação de Missão Crítica em Organizações da Administração Pública Federal: Sistemas, Informação e Comunicação**. 2010d. 17 p. Notas de Aula.
- _____. **Segurança da Informação: nova disciplina na ciência da informação?** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11, 2010, Porto Alegre. Anais... Rio de Janeiro: ANCIB, 2011.
- SFREDDO, Josiane Ayres; FLORES, Daniel. **Segurança da informação arquivística: o controle de acesso em arquivos públicos estaduais**. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 17, n. 2, p. 158-178, abr./jun. 2012.

EM *ARKHÊ*, O ARQUIVO: Notícias do arquivo pessoal do
Abade Amoroso

Gérsica Alves Sanches

Mestre em Língua e Cultura PPGLINC/UFBA

Professora Fundação Visconde de Cairu e Faculdade São Bento da Bahia

Este trabalho é fruto das reflexões empreendidas ao longo do trabalho de pesquisa desenvolvido pela autora em sua dissertação de Mestrado pelo PPGLINC/UFBA.

Ao refletir sobre as possíveis noções de arquivo e como elas determinariam o trabalho filológico com fontes documentais, desenvolvemos este estudo pondo-as ao lado das noções de memória e origem. Por esse viés de leitura, o ‘arquivo’ passa a ser compreendido como lugar da memória e do arcaico (*arkhê*), trabalhando com a ideia de *começo* e *comando* (poder); as memórias constituídas e manipuladas ao longo do tempo revelam-se não como um armazenamento de saberes e informações, mas antes como reflexo de atos de revisão, organização, segmentação, censura, repressão, dissimulação ou, até mesmo, de destruição. Foge-se, assim, de uma abordagem exclusivamente histórica do “arquivo” e da “memória”. Importa determo-nos ainda no fato de que alguns arquivos, como é o caso do arquivo pessoal de Dom Timóteo, são *a priori* organizados pelo próprio autor, ao longo de sua vida religiosa, sendo ele, a um só tempo, o arquivista e o arquivado, selecionando e recalçando, sendo acometido do que Jacques Derrida (2001) designou de *mal de arquivo*.

Este trabalho de pesquisa dedicou-se à inventariação e análise filológica do acervo pessoal de Dom Timóteo Amoroso Anastácio – um religioso beneditino engajado nas lutas contra a ditadura militar vivenciada pelos brasileiros durante a segunda metade do século XX. A luta empreendida por esse religioso era travada principalmente na arena da linguagem, servindo-se daquelas palavras lutadoras, como diria Drummond, para trazer a lume discursos dissonantes daqueles impositivos e autoritários que circulavam.

Compõem o *corpus* desta pesquisa os escritos autorais de Dom Timóteo, especificamente os sermões escritos durante o período ditatorial, para pensá-lo como uma versão de memória em relação aos momentos de enfrentamento, de análise e crítica das ações autoritárias tomadas no período da ditadura militar brasileira, percebendo esses escritos naquele jogo de poder, ansiando lê-lo como uma memória dissonante, mas válida para este momento que, embora temporalmente tão próximo de nós, nos possibilite tão turvas e impositivas memórias.

Essa discussão sobre o agenciamento de arquivo e de memória quando trazida para o cerne do *fazer* filológico (que se desenvolve rente ao *texto*, tendo neste labor infindáveis finalidades, seja a de restituição, edição, crítica, gênese, autenticidade, veracidade) torna ainda mais preeminente a compreensão das forças psicossociais e político-ideológicas que interagem para a conformação de um arquivo. Isto assume uma conotação ainda mais problemática, tendo em vista a abordagem que esboçamos, a partir do momento em que consideramos a elaboração do arquivo histórico de uma instituição privada e religiosa, como o Mosteiro de São Bento da Bahia, que assume, ao longo do período ditatorial, diferentes posicionamentos políticos e ideológicos que, direta ou indiretamente, repercutem no arquivo e em seu próprio processo de arquivamento, pois, quando se elege algo como digno de ser arquivado, excluem-se outros documentos que se acredita não serem necessários ou não serem de interesse da instituição preservar, ou ainda, serem de interesse da instituição apagá-los – neste instante realiza-se o apagamento da memória e percebe-se que ela é essencialmente forjada dentro de um jogo de poder na tentativa de construir uma versão válida de um *memento*, na acepção proposta por Derrida (2001).

Sendo assim, atenta-se para a relevância histórica do arquivo, pensando como ele pode ser artefato para impor silenciamentos e apagamentos ou podem reverter o jogo mnemônico. Recorrendo a discussões teóricas propostas por Derrida (2001) e Pollak (1992), pretende-se entrever como o agenciamento de arquivos, sua inventariação, colação, seleção e análise imprime marcas significativas para as versões de memória que eles sistem.

Finalmente, transpõem-se essas questões para o trabalho de inventariação e análise dos escritos de Dom Timóteo, acondicionados em seu arquivo pessoal, considerando as produções à luz do jogo mnemônico, que gera recalques e ausências em arquivos como o estudado nesta pesquisa e que traz notícias de um período histórico-político que avança contra versões de memória que deponham contra as versões oficiais; fazendo do labor filológico um ato político.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma Impressão Freudiana**. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003;

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

NORA, Pierre. “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”. In: **Iês lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

_____. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

GUIA DIGITAL DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Adriana Sousa Silva

Bacharel em Arquivologia ICI/UFBA

Coordenadora do APEB/FPC/SecultBA

Maria Teresa Navarro de Brito Matos

Professora Adjunta ICI/UFBA

Diretora APEB/FPC/SecultBA

Este resumo tem por objetivo apresentar os resultados do projeto “Guia Digital do Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia” desenvolvido do ano de 2007 aos dias atuais. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório, baseado, notadamente, em fontes bibliográficas e documentais.

O *Relatório da Fundación Histórica Tavera* (1999-2000) aponta os principais problemas que afetam as instituições arquivísticas brasileiras, públicas e/ou privadas, onde se inclui o APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia. O estudo realizado sobre as condições de acesso nos Arquivos Públicos Estaduais brasileiros indica que mais da metade tem menos de 50% de seus fundos descritos, e que a maior parte dos arquivos pesquisados não dispõem de guias ou instrumentos de pesquisa publicados, em suporte papel ou digital. Situação que dificulta o acesso aos acervos custodiados (OHIRA, 2005). Quanto à utilização de normas de descrição arquivística, 70% das respostas afirmam serem usadas normas próprias, e 30% usam, parcial ou integralmente, normas internacionais recomendadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), como a *ISAD-G* - Norma geral internacional de descrição arquivística, a *ISDIAH* - Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico e a *ISAAR (CPF)* - Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. No entanto, a representação

das informações contidas em documentos de arquivo como um problema para a Arquivologia ainda é pouco estudada.

O guia se constitui em um instrumento arquivístico de pesquisa, indicativo e orientador, tradicionalmente conhecido pela característica global, porque fornece informações essenciais sobre a totalidade do acervo. Por sua abrangência, continua a encabeçar a linha hierárquica dos instrumentos de pesquisa, garantindo ao arquivista e ao pesquisador o conhecimento global do acervo e de suas possibilidades de pesquisa. Sendo, efetivamente, a “porta de entrada” para o conteúdo informacional dos documentos (RODRIGUES, 2003).

O Guia Digital do Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia desde a sua concepção considera como suporte as diretrizes estabelecidas pela Nobrade - Norma brasileira de descrição arquivística, aprovada pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística do Conselho Nacional de Arquivos. A referida norma está pautada na padronização da descrição compatível com as normas internacionais em vigor (ISAD (G), ISDIAH e ISAAR (CPF)), integradas às devidas especificidades da realidade e tradição brasileira. A aplicação da Nobrade se constitui, portanto, de fundamental importância para qualificar o acesso e o intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Em 2013, iniciou-se o processo de revisão do Guia em apreço, com a finalidade de consolidar a contextualização histórica dos produtores, o arranjo e a descrição arquivística do conteúdo do acervo custodiado, além da metragem de cada fundo e/ou coleção.

Paralelamente, realizou-se estudo objetivando apoiar a escolha de *software* para integrar o conteúdo resultado da aplicação da Nobrade. O AtoM - *Access to Memory*, se apresentou como o *software* extremamente procedente por se tratar de uma construção, originalmente, com apoio do CIA para incentivar uma mais ampla adoção das normas internacionais de descrição arquivística. Portanto, o *software* foi concebido em conformidade com as normas do ICA. Dentre as principais características destacam-se: o apoio para outras normas relacionadas, incluindo EAD, EAC, METS, MODS, Dublin Core, a aplicação concebida inteiramente para ambiente *web*; interfaces multilíngues; a possibilidade de ser utilizado como um catálogo multi-institucional; e possuir interfaces com repositórios digitais.

Ainda que os países criem leis de acesso à informação, buscando disciplinar o acesso dos cidadãos à informação governamental, deve-se observar que a liberdade de acesso só pode ser efetivamente exercida se “os

cidadãos têm condições de conhecer a existência dos documentos e de identificá-los com exatidão”. Essas condições são fornecidas pelos instrumentos de pesquisa que, deverão ser cada vez mais aperfeiçoados, se elaborados a partir dos instrumentos de descrição normalizados o que permite a localização e a troca de informações em nível nacional e internacional. Por outro lado, é essa atividade que irá permitir a indexação das informações arquivísticas (RODRIGUES, 2003).

De toda maneira, deve-se lembrar de que “as operações de análise da informação” - inerentes ao processo de descrição - pressupõem um conhecimento da gênese e do desenvolvimento (desmembramentos, recolhimentos, acumulações, perdas, eliminações, incorporações) e de novas informações acerca de um fundo ou de suas partes constitutivas.

REFERÊNCIAS

OHIRA, Maria Lourdes Blatt. **Arquivos Públicos do Brasil: Da Realidade À Virtualidade**. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/secao/cdoc/Artigo_Arquivo_Publico.pdf>. Acesso em: 03 mai 2010.

RODRIGUES, Georgete Medleg. “A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística”. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite.

Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, p.210-229. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, vol.2).

IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL E MUSEOLÓGICO DE DOCENTES DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA DO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964 A 1985)

Jorge Lincoln Regis dos Santos

Graduando em Direito/UFBA

Bolsista PROUFBA da PROP/UFBA

Ceci Bastos de Souza Pardo Casas

Graduanda em Direito/UFBA

Bolsista PROUFBA da PROP/UFBA

Louise Anunciação Fonseca de Oliveira

Mestre em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Arquivista da Escola Politécnica/ UFBA

Ao longo de sua história, a Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA) acumulou um acervo documental que delinea uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação e, portanto, de considerável relevância para a sociedade baiana em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional.

No que tange ao tratamento documental, o trabalho de resgate da sua memória tem contemplado documentos como atas de congregação, correspondências, relatórios, dentre outros. Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de identificação do acervo documental e museológico de docentes da Escola Politécnica. O objetivo principal é dar uma contribuição significativa no acesso à informação das atividades-fim desta unidade de ensino até então guardada, mas inacessível, porque não tratada e descrita.

As reflexões deste trabalho decorrem de um projeto de pesquisa em andamento, inserido no Programa Pense, Pesquise e Inove à UFBA (PROUFBA) da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI/UFBA). O projeto, intitulado “Acervo documental e museológico de docentes da Escola Politécnica da UFBA: Resgate histórico do período da Ditadura Militar (1964 a 1985)”, tem como objetivo geral o de identificar os docentes da Escola Politécnica da UFBA do período da ditadura militar brasileira e as ações dos mesmos em relação à ordem vigente. Por se constituírem em um conjunto de documentos imprescindíveis para remontar a história dessa unidade ao longo dos seus 118 anos, assim como para o ensino da engenharia baiana e brasileira, o acervo documental dos docentes (aposentados ou falecidos) necessita ser identificado e descrito para que ocorra a preservação e difusão do conhecimento acumulado pela Escola Politécnica e pela Universidade Federal da Bahia ao longo de sua trajetória.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, exploratória, bibliográfica, documental e de levantamento. A teoria e o método são aplicados por meio de ficha diagnóstico, com intuito de identificar: 1. Docentes que se envolveram de fato com organizações guerrilheiras; 2. Docentes acusados de crimes cometidos dentro da sala de aula, como a divulgação de material subversivo ou mesmo ideias subversivas; 3. Tipologias documentais onde há referência direta às provas constituídas para a acusação de um crime por parte do docente. As fontes documentais utilizadas são documentos acumulados pela Escola e pelo próprio docente e correspondências do Departamento de Polícia Federal e da Assessoria de Segurança da Informação (AESI/UFBA), que se referiam aos docentes da Escola Politécnica focalizados neste estudo.

A metodologia do trabalho foi composta por três etapas: na etapa 1 foi realizado o inventário e diagnóstico do acervo documental e museológico dos docentes desta unidade de ensino. A etapa contemplou a identificação dos acervos de docentes existentes no Arquivo Histórico e outros setores da EPUFBA, a fim de processá-los tecnicamente. O acervo museoló-

gico identificado, composto por 47 obras de arte (distribuídas em 31 telas, 10 fotografias e 06 molduras), datadas dos séculos XIX e XX, foram restauradas em parceria com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA/BA); na etapa 02, ao se diagnosticar a presença dos acervos de docentes nas secretarias dos departamentos e gabinetes de ex-docentes da EPUFBA, solicitou-se ao setor à oficialização, através de listagem, do recolhimento dos mesmos ao Arquivo Histórico. Na etapa 3 realizou-se a higienização mecânica dos referidos documentos. Essas etapas foram fundamentais para o planejamento das atividades de organização física e descrição minuciosa dos documentos, objetivos das próximas etapas da pesquisa.

Contudo, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita à respeito desta tão importante unidade de ensino no contexto da Universidade Federal da Bahia. Neste estudo trabalhou-se com uma amostra deste acervo documental, representada pelo acervo documental e museológico dos docentes, aposentados ou falecidos, que lecionaram na EPUFBA e que ocuparam cargos de direção e chefia ao longo da ditadura militar, reconstituindo as sanções sofridas e ações dos mesmos em relação à ordem vigente. Foi possível vislumbrar a riqueza de informações que esta documentação comporta, uma vez aplicados os métodos arquivísticos. Este trabalho também demonstra a contribuição que a Arquivologia, consubstanciada em seus métodos e princípios, pode dar ao acesso à informação e, por consequência, à consolidação da memória no âmbito universitário. Na medida em que se realiza a identificação arquivística, é possível trazer à tona a documentação, esclarecendo o passado e garantindo à difusão do conhecimento até então guardado. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e equipe qualificada para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o conhecimento sobre o ensino da engenharia baiana e brasileira.

REFERÊNCIAS

- BIZELLO, Maria Leandra. Documentação, arquivos e memória em universidades. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, 2012.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi Campos. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. 2014. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Acesso em: 25 nov.2012.
- COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003, 282 p.

MOTTA, Rodrigues Patto Sá. *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008.

Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. A descrição arquivística e os arquivos pessoais.

In: _____. *Descrição e Pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

INDEXAÇÃO DE IMAGENS EM MOVIMENTO

João Victor Amorim Pereira

Mestrando em Ciência da Informação PPGCI/UFBA

Bolsista FAPESB

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA

Bolsista de Produtividade pelo CNPq

Esse resumo é resultante de monografia de conclusão de curso, para a obtenção do grau de Bacharel em biblioteconomia e documentação pelo Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia e se insere no âmbito do projeto de pesquisa intitulado *Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual* (SILVA, 2012), em desenvolvimento no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais – CRIDI, sendo o primeiro produto acadêmico de graduandos do Grupo CRIDI vinculados ao projeto mencionado.

O processo de indexação de imagens em movimento, trabalho feito comumente em arquivos e centros de documentação audiovisuais, é um assunto ainda pouco difundido nos cursos de graduação de biblioteconomia e documentação e de arquivologia. É possível que poucos saibam que à frente de muitos centros e arquivos audiovisuais estão bibliotecários e arquivistas. O trabalho visa a compartilhar alguns aspectos básicos sobre esse tema, não tão explorado quanto as bibliotecas e os centros de documentação tradicionais.

Tratando-se de imagem e som, em geral direcionados a um grupo especializado (jornalistas, editores de imagens, cineastas), a análise documental de produtos audiovisuais ganha novos contornos quando comparada à realizada em livros ou materiais impressos. Abordamos o tratamento e a atenção dadas aos arquivos audiovisuais e como isto implica na sua organização.

A utilização de metadados, vocabulário controlado e suportes de imagens em movimento são abordados, em especial, visando à reflexão sobre a linguagem audiovisual. Porque os campos mais comuns, como nos orientam, por exemplo, o MARC 21, com as entradas de nome pessoal, entidade, título, edição, país da entidade produtora de filmes, tipo de suporte, data, assuntos e tantos outros campos de preenchimento, são essenciais e de muito valor para a recuperação. No entanto, se não são bem trabalhados, ainda podem deixar escapar grandes riquezas do material audiovisual.

A pesquisa empírica utiliza-se da análise de duas instituições que possuem arquivos audiovisuais, uma pública, a Diretoria de Audiovisual da Bahia (DIMAS) e outra privada, a Rede Bahia, filiada local da Rede Globo de Televisão. Utilizando-se roteiros de entrevistas direcionados aos coordenadores dos arquivos, foram investigados aspectos relativos à quantidade de pessoas, recursos disponíveis, suportes usados, métodos e sistemas de indexação de imagens, buscando trazer na prática as questões previamente abordadas de forma teórica com base na bibliografia. Ficou claro como uma empresa privada de televisão tem muito interesse em conservar o seu acervo, pois para eles é sinônimo de investimento e retorno financeiro. No âmbito público, nem o aspecto cultural é relevado. A abordagem indutiva e a técnica de amostragem não aleatória por julgamento foram os métodos utilizados nesse estudo. A observação direta intensiva foi de grande valor para a pesquisa, já que umidade, temperatura, iluminação são aspectos que precisam ser “sentidos” in loco. Além disso, balanceou a ausência da observação direta extensiva.

A pesquisa constatou uma carência, ainda, de estudos e disciplinas direcionadas à linguagem audiovisual em alguns cursos da área de ciência da informação, dificultando a plena inclusão dos seus estudantes nesses ambientes de trabalho.

Concluindo, vale registrar que nossa pesquisa original avançou para uma dissertação de mestrado cujo tema é a preservação audiovisual, no âmbito de projeto em execução no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), que coletou, numa 1ª fase de pesquisa (2005-2007), dados de um total de 35 instituições de Salvador, entre federais, estaduais e municipais, detentoras de arquivos audiovisuais. Na 2ª fase da pesquisa (2013-2017) — onde ampliou-se nacionalmente a coleta de dados, as mesmas instituições da primeira fase também foram revisitadas — o objetivo é analisar a realidade dos métodos de pre-

servação e conservação de arquivos e suportes de imagens em movimento, propondo um modelo para a preservação e o acesso a itens digitais da documentação de imagem em movimento. Assim, tendo iniciado com uma monografia de TCC, esta nossa ação seguinte poderá tornar-se a primeira dissertação de mestrado sobre o tema do audiovisual no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFBA.

REFERÊNCIA

PEREIRA, João Victor Amorim. **Indexação de Imagens em Movimento**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) ICI/UFBA.

MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DOS ARQUIVOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO ESTADO DA BAHIA

Ana Claudia Cupertino

Especialista em Preservação
do Patrimônio Cultural IPHAN/UNESCO
Assessoria do APEB/FPC/SecultBA

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Professora Adjunta ICI/UFBA
Diretora APEB/FPC/SecultBA

A Fundação Pedro Calmon (FPC), vinculada da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), por meio do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), em conformidade com a *Lei Federal nº. 8.159/1991*, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e a *Lei Delegada nº. 52/1983*, que dispõe sobre a proteção dos arquivos públicos e privados no âmbito do Estado da Bahia, presta orientação técnica aos integrantes do Sistema de Arquivos do Estado da Bahia.

No ano de 1980, o APEB, representando o Governo do Estado da Bahia firmou convênios de cooperação técnica com os municípios da Bahia, visando reverter situações de risco de acervos documentais.

O processo de institucionalização e implantação de Arquivos Públicos Municipais (APMs), desde o ano de 2002 até os dias atuais passou a se constituir em uma atribuição da FPC/SecultBA. Neste período, a Coordenação de Arquivos Municipais esteve supervisionada pela Diretoria de Arquivos (Diarq) da FPC/SecultBA. A essa Diretoria, em conformidade com os incisos X e XI do art. 12 do Regimento da FPC (*Decreto nº 9.757, de 17/01/2006*), competia articular-se com as Prefeituras Municipais, visando incentivar a criação de APMs. Além de coordenar e supervisionar o

programa de instalação e implementação de arquivos públicos nos municípios baianos.

Nos últimos 34 anos a estrutura organizacional do APEB passou por alterações que tem dificultado dar continuidade à assistência técnica junto às administrações públicas municipais voltadas para a formulação e a implementação das respectivas políticas municipais de arquivo. Paralelamente, cada mudança nas administrações dos municípios, reflete diretamente nos APMs. Situação que tem provocado uma significativa instabilidade no processo de institucionalização dos mesmos.

Em face do exposto, o APEB desde 2014 tem se dedicado a um estudo de caso sobre os APMs no âmbito do Estado da Bahia. Nesta perspectiva, o universo objeto de estudo foi representado pelos 417 municípios. O objetivo da pesquisa de realizar um mapeamento e um diagnóstico situacional dos APMs do Estado da Bahia de forma a obter um panorama das condições reais de cada um, se concretizou.

Para identificar os municípios que possuem Arquivos Municipais, procedeu-se, inicialmente, consulta ao sitio da União dos Municípios da Bahia (UPB), com vistas à obtenção de telefones e *e-mails* de cada Prefeitura. Contudo alguns contatos encontravam-se desatualizados. Na tentativa de atingir um maior número de municípios, estabeleceu-se contato com os representantes da SecultBA nos 27 Territórios de Identidade, com vistas a viabilizar uma possível comunicação com as Prefeituras dos respectivos Territórios.

Em razão de limitações orçamentárias, optou-se em proceder à coleta de dados junto as Prefeituras mediante contato telefônico, complementado por *e-mail*, quando necessário. O instrumento elaborado e aplicado na coleta de dados tomou como referência o formulário “Cadastro de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos” disponibilizado pelo Conselho Nacional de Arquivos, adaptando-o à situação específica. A coleta de dados se realizou no período de 14/03 a 10/06/2014, e foi complementada por uma pesquisa documental no acervo produzido e acumulado pela Diarq/FPC/SecultBA. Este procedimento se deu devido ao desconhecimento de algumas Prefeituras sobre o instrumento legal que criou o APM, o que com frequência levava cada nova gestão municipal a refundar os APMs.

Ao final deste trabalho, foi possível identificar quais são os Municípios do Estado da Bahia que possuem APMs institucionalizados e implantados, independentemente de terem sido ou não conveniados com a FPC/SecultBA. O levantamento realizado aponta a institucionalização no momento,

de 32 APMs criados, por lei, e implantados no Estado da Bahia. É possível verificar que no universo dos 27 Territórios de Identidade instituídos apenas em 15 existem APMs. A concentração de APMs é visível no Recôncavo (5), na Chapada Diamantina (4) e Territórios adjacentes. As duas regiões desde o período colonial se destacaram de forma significativa no que se refere à produção de riquezas, seja agrícola e/ou mineral.

Por outro lado, confirma a inexistência de APMs nos Territórios de Identidade localizados no Norte (Sertão do São Francisco, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Semiárido Nordestino); no Sul (Costa do Descobrimento, Extremo Sul e Médio Sudoeste da Bahia) e no Oeste (Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente) do Estado.

A criação, por meio de Lei, não garante a implantação e o funcionamento do APM. Inclusive, observa-se que a cada mudança de gestão da administração municipal, os APMs se tornam mais vulneráveis. É comum, chegarem à condição de inativos, mesmo com o instrumento que os criou e os implantou em plena validade. A gravidade da situação é tamanha que municípios criaram, mediante Lei, duas vezes o seu APM. O que traduz total desconhecimento da memória do Poder Executivo municipal.

O cenário descrito neste mapeamento e diagnóstico dos APMs no Estado da Bahia é preocupante. Considera-se imprescindível que cada município se empenhe na criação e na institucionalização do seu APM. A ausência de uma política de arquivos e de gestão de documentos e informação municipal impossibilita a construção efetiva de uma política de acesso as informações públicas. Isto repercute negativamente, no direito a memória e a identidade, além de impossibilitar a comprovação de direitos do cidadão. Portanto, torna-se urgente empreender um diálogo com a UPB objetivando incentivar a criação, a institucionalização e o fortalecimento de APMs no Estado da Bahia.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria da Cultura. Fundação Pedro Calmon. Arquivo Público do Estado da Bahia. **Mapeamento e diagnóstico dos Arquivos Públicos Municipais no Estado da Bahia**. -- Salvador: Fundação Pedro Calmon, Arquivo Público do Estado da Bahia, 2014. 60 p. ; il. -- (Coleção Publicações Técnicas; 1).
- _____. **Lei nº 8.538**, de 20 de dezembro de 2002 [**Download**]. Modifica a estrutura organizacional da administração pública do poder executivo estadual e dá outras providências. Salvador, Secretaria de Governo do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- BAHIA. **Decreto nº 9.757**, de 17/01/2006. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 01 jun.2015.
- _____. SECRETARIA DE CULTURA DA BAHIA. **Territórios de identidade**.

Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais-3/>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos**. Formulário Cadastro de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos. Rio de Janeiro: CONARQ, 1997.

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=78>>. Acesso em: 02 jun. 2015.

MATERIALIZAÇÃO DAS PROMESSAS DA DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS:

Atividades e Arranjos Situados

Mylène Marie Tanferri Machado

Doutoranda, Laboratoire de Cultures
et Humanités Digitales, UNIL e PPGCI/UFBA
Bolsista FAPESB

Francisca Mattos

Doutoranda em Ciência da Informação PPGCI/UFBA
Mestre em Direito Constitucional PUC/SP

Os discursos que acompanham o digital muitas vezes apresentam “promessas” que tanto orientam as atividades dos profissionais como as expectativas do público. Essas promessas, termo utilizado por vários autores no campo das Ciências, Tecnologias e Sociedade (CTS), são os discursos que sustentam e apresentam as tecnologias como algo que pode transformar radicalmente a sociedade e, portanto são apoiadas em “imaginários socio-técnicos”, que apresentam visões para uma sociedade melhor a partir do uso das tecnologias. Quando ligadas a digitalização de acervos patrimoniais e culturais, os discursos apresentam possibilidades novas de acesso, interoperabilidade e preservação que iriam reformular o que são os arquivos dentro da sociedade. No entanto, esses discursos pouco consideram o trabalho necessário para realizar e materializar essas promessas a longo prazo; pouco levam em conta as especificidades das práticas e conhecimentos desenvolvidos entorno de diferentes objetos patrimoniais, como arquivos; e atribuem pouca atenção ao fato que difusão não se equipare diretamente com acesso. Portanto, as promessas que acompanham a digitalização muitas vezes apresentam uma visão parcial da digitalização que ganha a ser complementada a partir de observações do trabalho concreto e cotidiano dos atores e dos meios que estes empregam para eventualmente alcançar as qualidades atribuídas a digitalização.

A partir dos estudos em cognição e ação situada, entende-se que tanto planos e projetos como promessas discursivas que os organizam dependem

de uma fase de materialização que ocorre em situação. O mesmo acontece com a apropriação e aprendizagem situada dos meios tecnológicos que se tornam progressivamente ferramentas de trabalho e vêm sendo incorporados nas práticas dos atores. Portanto nem a materialização das promessas nem as modalidades com as quais as tecnologias serão apropriadas e utilizadas podem ser previstas ou estudadas de forma especulativa. Isto leva à conclusão de que algumas problemáticas, como a questão da digitalização de arquivos, podem ser melhor estudadas a partir de uma abordagem etnográfica que alcance maioria dos elementos da situação.

Para poder retrair esses elementos, adota-se uma abordagem etnográfica inspirada dos estudos em *Workplace Studies*, que focalizam e fornecem conceitos e abordagens para observar as práticas materiais da produção de conhecimentos em ambientes de trabalho. Essa abordagem nos leva a considerar as práticas arquivísticas em arquivos patrimoniais como práticas profissionais, que passam assim a ser observáveis como qualquer outra forma de atividade profissional. Esta abordagem permite assim utilizar um recurso específico chamado etnografia das práticas escriturais, entendidas aqui como o conjunto de atividades articuladas ao redor da produção de elementos escritos que suportam, ordenam e interagem com as possibilidades de ação e de compreensão.

Neste sentido, o objetivo é acompanhar a formação e desenvolvimento de um projeto de digitalização do acervo documental de uma ONG ativa em Salvador, vencedora de um prêmio nacional de digitalização. Veremos como as práticas são organizadas para preparar o acervo para a digitalização, o que inclui elementos de organização do material a ser trabalhado; interações entre atores e ferramentas de diversos tipos; mudanças nos espaços que preparam o terreno para a efetivação deste processo. Dentre as atividades necessárias para realizar as promessas da digitalização neste projeto, demos maior atenção às práticas formais e informais de classificação e descrição que antecedem a digitalização ou a acompanham, eis que existe uma tensão entre as dimensões formais do digital como meio de difusão das classificações e descrições de objetos e documentos e as práticas informais que existem dentro dos mundos informacionais restritos dos repositórios.

Neste trabalho, baseado em uma pesquisa em andamento, pretende-se tanto retrabalhar os papéis tradicionais distribuídos entre participantes e pesquisadora, como oferecer uma lista dos elementos levantados para a

produção da análise e debater do interesse e validade da etnografia como abordagem, e da observação como método de coleta de dados para o avanço das pesquisas em arquivística. Como proposto por Gracy: “Although archival research has often rejected upon issues of process and function, as is evidenced by the innumerable studies of appraisal and descriptive practice, rarely do we approach these topics from sociocultural perspectives that recognize the inherently subjective nature of archival work”. Apesar das dificuldades de acesso para poder realizar trabalhos de campo em instituições arquivísticas, a perspectiva etnográfica vem sendo cada vez mais utilizada no campo arquivístico. No nosso caso permite não apenas alcançar as práticas reais desenvolvidas para a preservação de documentos transformando-os em arquivos, mas também ajuda-nos à analisar estas práticas dentro dos processos organizados para digitalizá-los.

REFERENCIA

GRACY, Karen F. « Documenting Communities of Practice: Making the Case for Archival Ethnography », *Archival Science* 4, nº 3-4 (22 février 2006), p. 361.

MEMÓRIA E DIFUSÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICAS DA UFBA E UFPB REFERENTE ÀS LUTAS POLÍTICAS NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR (1964/1985)

Lídia Maria Batista Brandão Toutain

Professora Associada ICI/UFBA
Coordenadora da CPArq/UFBA

Ricardo Sodré Andrade

Doutorando em Informação e Comunicação
em Plataformas Digitais, UA/UP
Bolsista CAPES

Dulce Amélia de Brito Neves

Doutora em Ciência da Informação/ UFMG
Professora Associada DCI/UFPB

Joseane Cruz

Bacharel em Arquivologia/UFBA
Arquivista/UFBA

Este estudo objetiva levantar, avaliar, e inventariar, por meio de análise de conteúdo a documentação Arquivística que aborde assuntos relacionados à Ditadura Militar, no Brasil de 1964 a 1985 custodiada na UFBA - Universidade Federal da Bahia, no acervo do Sistema de Biblioteca e nas Unidades de Ensino e na Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Dividido

em duas partes: a primeira, trás resultado de projetos **PIBIC e Permanecer** iniciados em 2012 a 2014 Trata-se de uma pesquisa documental, com observação direta extensiva, com aplicação de análise do conteúdo, baseada nos conceitos de ciência indiciária de GINZBURG (1990), na tentativa de se localizar, a partir de indícios, documentos cujo conteúdo estivesse relacionado com a Ditadura Militar visava enfatizar o cenário principal, como apoio, elogios e resistência aos militares. Destacou-se os papéis dos atores: Repressão do movimento estudantil; O controle ideológico da instituição; O avanço da resistência; Estrutura e funcionamento do sistema de vigilância e submissão e os perseguidos. Todos eles levando em conta as categorias institucionais, como categorias básicas de relações com a UFBA: Professor, Funcionário e Aluno. Após o mapeamento a documentação da UFBA foi digitalizada e transcrita no site da Comissão Permanente de Arquivo - CPARq, desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia da Informação- STI. A segunda parte iniciada em 2014, juntamente com a Universidade da Paraíba, focada na análise de conteúdo da documentação do período ditatorial, para desenvolver um estudo comparativo dos conteúdos e verificar semelhanças e/ou discrepâncias entre a documentação custodiada nas duas Universidades. Nesta segunda fase, fez-se necessário o uso de Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), para atender as questões relacionadas aos objetivos norteadores da pesquisa. Nesse sentido, o objetivo da análise de conteúdo é identificar e classificar de modo objetivo as unidades de sentido existentes no texto. Quanto maior a precisão e rigor na ordenação das unidades de sentido mais possibilidade haverá para o *“pesquisador controlar suas perspectivas, ideologias e crenças, ou seja, controlar sua própria subjetividade, em prol de uma maior sistematização, objetividade e generalização dos resultados obtidos”* (OLIVIERA, 03, p.06). Na área da Arquivologia a análise de conteúdo pode ser um instrumento de grande utilidade em estudos, auxiliando o pesquisador a extrair do texto escrito seu conteúdo manifesto ou latente. Assim, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de exploração do conteúdo dos documentos, buscando identificar os principais conceitos ou os principais temas abordados em um determinado texto. A análise de conteúdo é dividida em três fases, conforme Bardin (2009, p.121): 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Na fase de pré-análise de nossa pesquisa foi efetuada a identificação dos documentos. Já na segunda fase serão feitas as leituras e identificação das categorias elencadas. A identificação das unidades de registro está pautada

na escolha do tipo de unidade de registro que será adotada. As unidades de registro podem ser: palavras, frases, parágrafos, temas (regra de recorte do sentido, e não da forma, representada por frases, parágrafos, resumo, etc.), objeto ou referente (temas eixos, agregando-se ao seu redor tudo o que foi identificado), personagem (papel familiar, idade, sexo, etc.), acontecimento (elementos factuais importantes para o objeto em estudo), documento (artigo de jornal, a resposta a uma questão aberta, uma entrevista, etc.). As **unidades de registro, no estudo**, são temáticas, tendo como unidades de contexto as unidades de registro e categorias aplicadas aos três seguimentos constituintes da Universidade: **Professor, Funcionário e Aluno**. Nesse sentido, já foram elencadas algumas variáveis: **Repressão do movimento estudantil; Controle ideológico da instituição; Avanço da resistência; Estrutura e funcionamento do sistema de vigilância e submissão**. As categorias e variáveis apontadas fazem parte de uma primeira abordagem documental no momento da pré-análise e são acrescidas de outras ou redefinidas no momento da exploração do material. sendo indicado efetuarmos algumas etapas, como: 1º leitura do texto; 2º identificar as perguntas respostas correspondentes, tendo sempre em vista os objetivos da pesquisa; 3º selecionar segmentos das unidades de contexto e dentro delas as unidades de (mesmo nesta etapa ainda existe a possibilidade de encontrarmos outras unidades de registro); 4º Atribuir uma categoria específica para cada unidade de registro; 5º Organizar em função dos objetivos de análise enunciados no guião, matriz síntese; e 6º Analisar a informação na perspectiva do enfoque da pesquisa, alinhando-se à política nacional, a exemplo do projeto Memória Revelada: Centro de Referência das lutas Políticas, do qual a UFBA participa como órgão conveniado do Arquivo Nacional, assinado em 2012. Espera-se implantar sistemas para gestão, disponibilizar e disseminar ao público fatos que marcaram a participação da UFBA e da UFPB nesta fase da História do Brasil, contribuindo para a realização de estudos e pesquisas que esclareçam este assunto, facilitados pelos instrumentos arquivísticos já citados. Foram concluídas Higienização da massa documental- (10 meses); a primeira fase da análise de conteúdo, selecionando os documentos relativos à Ditadura Militar- (10 meses); Identificado e avaliado o acervo, segundo princípios de temporalidade e classificação dos documentos- (10 meses); Digitalizado os documentos- (8 meses); Indexado o acervo por meio de sistema informatizado de gestão de conteúdos- (doze meses); Destacou-se a série de documentos “Ditadura Militar” - (três meses); Acondicio-

nada a documentação em suporte apropriado-(seis meses); Arranjo físico – notação e etiquetagem – 10 meses.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BELOTTO, Heloísa. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed Rio de Janeiro, FGV, 2006
- BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedade de historia cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- OLIVEIRA, Eliana et. all. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 4, n.9, p.11-27, maio/ago. 2003.
- PAES, Marilena Leite Arquivo: teoria e prática. 6. Reimpressão - Rio de Janeiro: FGV, 2006. 228p.

MERCADO DE TRABAJO PARA LOS ARCHIVOS EMPRESARIALES BRASILEÑOS: Su Reflejo en la Terminología de los Anuncios de Empleo (2012-2014)

Fernanda Maria Melo Alves

Professora Universidad Carlos III de Madrid

José Antonio Moreira González

Professor Universidad Carlos III de Madrid

Eliana Maria dos Santos Bahia Jacintho

Professora/UFSC

En esta sociedad competitiva, se verifica que el mercado de trabajo ejerce un papel central y absolutamente decisivo, puesto que impone la adquisición de competencias emprendedoras incluso para el perfil de los archiveros. Si las universidades no fomentan en sus planes de estudio la transmisión de valores y el espíritu empresarial, los estudiantes tendrán una dificultad creciente para incorporarse al mercado de trabajo.

Esta perspectiva tiene una enorme vigencia en la actualidad cuando en la formación universitaria resulta esencial desarrollar competencias, así manifiestan las organizaciones internacionales como la **Organización para la Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE)**, o la Unión Europea (UE) (OCDE, 2008; EU EXPERT GROUP, 2008). Y Ripollés (2011, p. 84) lo remata al resaltar la convicción de los responsables universitarios sobre la necesidad de otorgar a los estudiantes una formación más emprendedora. Pero ¿cómo enfrentar las dificultades impuestas por un mercado cada vez más exigente y competitivo, capaz de identificar oportu-

nidades, de exigir una adaptación a los nuevos procesos productivos y con suficiente habilidad como para ejecutar un trabajo desafiante y obtener un resultado innovador y bien logrado?

Los archiveros son profesionales liberales que tratan y trabajan con la información para hacerla accesible al usuario final, con independencia del soporte en el que aquella se encuentre. Trabajan en distintos tipos de archivos, donde pueden gestionar redes y sistemas de información, además de trabajar con tecnología puntera. Incluso Souza (2011) indicaba recientemente las competencias propias de los que ejercen su profesión en centros de enseñanza y como reconstructores de la memoria social. Situación que veía como una nueva profesión dentro de un mercado de trabajo en expansión. Rifkin (2011) identifica el paradigma económico como la guía del transcurso humano en el siglo XXI.

Tanto el perfil profesional como el mercado de trabajo necesitan ser estudiados de manera profunda, con el objetivo de conocer el perfil profesional demandado, pudiéndose así avanzar hacia un mayor equilibrio entre la formación y la actuación del profesional archivero o documentalista. Este equilibrio se logra mediante el debate constante entre el mercado, las empresas y entidades y las instituciones formadoras, buscando así, plasmarlo de forma integrada en la formación del profesional esperado y deseado. Además de este diálogo, afirman que hablar sobre las competencias y habilidades necesarias para el profesional archivero exige una reflexión que debe tener en cuenta las demandas sociales existentes (MOREIRO et al. 2012, p. 233). A lo que Cardoso y Valentim (2008) añaden que “Tener esa preocupación hará que la formación del profesional sea más completa y permitirá que consiga desempeñar un papel participativo en la sociedad en la que está insertado”.

El perfil profesional y el mercado laboral junto con las habilidades y competencias necesarias para ejercer el trabajo diario deben de ser estudiados e investigados, con el objetivo de conocer el perfil profesional demandado. La principal hipótesis de partida ha sido, pues, que el mundo de trabajo empresarial demanda un perfil específico de profesional archivero. De manera que se precisa estudiar las relaciones entre el perfil profesional y el mercado de trabajo. El objetivo de esta investigación es analizar los anuncios con ofertas de empleo para archivos empresariales aparecidos en el portal de empleo brasileño Catho entre noviembre de 2012 y noviembre del 2014. De su contenido se efectuó una selección lexicográfica. Después se pasó a integrar los términos obtenidos en las correspondientes clases y subclases de

una taxonomía, empleando para su actualización y visualización el software libre TEMATRES. Asimismo se utilizó metodología cuantitativa para medir el rango de los resultados. Se concluye que mediante una taxonomía puede representarse la realidad laboral del sector de la Archivística, pues permite estructurar los términos según funciones, técnicas, tareas, competencias y habilidades. Así mismo, las empresas buscan capacidad para generar valor y para atender los problemas y necesidades de la organización a partir de sus conocimientos. Por lo tanto, se observa que la jerarquización de la taxonomía son herramientas para organizar y representar el conocimiento dirigido al usuario final en su búsqueda y recuperación de información.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Débora Regina; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Perfil do profissional Arquivista para atuar com a gestão documental em ambientes empresariais**, 2008. Disponível em: <http://www.eneaq2008.ufba.br/wpcontent/uploads/2008/09/1debora_regina_cardoso.pdf>. Acesso em: 5 de maio 2015.

EU EXPERT GROUP. Comisión Europea, 2008. Disponível em: <<http://ec.europa.eu>>. Acesso em 5 de maio 2015.

MOREIRO, José Antonio González; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos; SÁNCHEZ-CUADRADO, Sonia. Análise do contexto de emprego dos profissionais brasileira da informação/documentação a partir de ofertas de trabalho na web feitas por empresas de instituições. **Inf. & Soc. Est.**, João Pessoa, v. 22, n.1, pp. 67-78, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/download/9747/7361>>. Acesso em 15 de maio 2015.

RIFKIN, Jeremy, (2011). **A terceira revolução industrial: como o poder lateral está transformando a energia, a economia e o mundo**. São Paulo: Makron Books, p.320.

Organization for Economic Co-Operation and Development, 2008. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>.

RIPOLLÉS, María. Aprender a emprender en las universidades. **ARBOR. Ciencia, Pensamiento y Cultura**. v. 187, n. extra 3, pp. 83-88, dic. 2011. Disponível em: <http://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor/article/viewFile/1413/1422>

SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e o mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011. 252 p.

OS MECANISMOS DE ACESSO E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA NOS HOSPITAIS VINCULADOS A UFBA

Raquel Santos da Hora

Bacharel em Arquivologia/UFBA

Bolsista PROUFBA

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Professor Adjunto ICI/ UFBA

Esta comunicação tem como objetivo apresentar uma pesquisa de Iniciação Científica (IC) que originou um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre o acesso e a disseminação da informação orgânica. A pesquisa de IC foi desenvolvida no âmbito do PROUFBA – Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA. O objetivo geral da investigação foi o de verificar a existência de mecanismos de transferência de informação nos hospitais vinculados a UFBA com termo de adesão a uma Rede de Inovação e Aprendizagem em Gestão Hospitalar (Rede InovarH-BA). A pesquisa destaca a importância dos documentos e dos arquivos para a gestão dos serviços de saúde, compreendidos como organismos produtores. Acredita-se que a gestão de documentos e os mecanismos de transferência de informação, agiliza a disseminação e o acesso às informações orgânicas criadas, recebidas e acumuladas nos hospitais. A gestão dos documentos é constituída de práticas e de procedimentos que organizam e tratam as informações, contribuindo para a disseminação da informação e, conseqüentemente, para o acesso a essas por parte dos usuários dos hospitais (e.g. dos pacientes, dos médicos, dos pesquisadores, dos estudantes dentre outros). Pressupõe que é possível recuperar as informações orgânicas de forma rápida e eficaz desde que haja a organização e o tratamento das informações geradas, recebidas e acumuladas. Tal fato contribuirá para as tomadas de decisão, para o atendimento aos pacientes, propiciando intervenções administrativas e assistenciais no âmbito desses organismos. A pesquisa está fundada nos aportes conceituais da arquivística pós-custial e da integrada. O foco é a informação arquivística, o que atribui ao arquivista a condição de mediadores do processo de construção da memória organizacional em saúde. A natureza da pesquisa é aplicada e é descritiva com uma abordagem quantitativa. São utilizados procedimentos bibliográficos, documental e de levantamento. Os sujeitos respondentes da pesquisa de campo são quatro por hospitais, quais sejam: da área assistencial, da área administrativa, da área de tecnologia da informação e da área de arquivos/documentos. A tabulação dos dados foi feita no software Sphinkx-Léxica e, posteriormente, a análise descritiva e análise das categorias. Os resultados obtidos apontam que a maioria dos hospitais vinculados a UFBA utilizam como mecanismos de transferência da informação a internet, a intranet e os e-mails. Os resultados revelam, também, o uso do prontuário do paciente, dos Arquivos e dos documentos como mecanismos de transferência das informações. Quanto a adesão das práticas de gestão de documentos, os hospitais da UFBA fazem o uso de alguns procedimentos

e mecanismos para armazenar e recuperar os documentos, tais como: Políticas de Informática, Serviço de Protocolos e Serviços de Arquivos. Porém, os respondentes registram que a adoção às novas tecnologias de informação e comunicação, auxiliares à gestão de documentos, é feita de forma tímida, a exemplo: do Prontuário Eletrônico do Paciente, de um Sistema de Gerenciamento Arquivístico Eletrônico de Documentos e de um Sistema de Gerenciamento de Documentos. Nesta pesquisa, conclui-se que se os hospitais assimilassem a gestão de documentos e os sistemas de arquivos, garantiria a disseminação e o acesso às informações orgânicas. Os resultados apontam um despreparo dos hospitais em relação às práticas de gestão de documentos. Sugere-se que os gestores dos hospitais juntamente com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) elaborem uma tabela de temporalidade e destinação de documentos (TTD) e estipulem os prazos de guarda de documentos até a sua destinação ou eliminação e, também, fossem elaborados documentos que mantivessem o controle destas eliminação e destinação, a exemplo dos termos de eliminação e listagem de eliminação dos documentos. É indicado que os hospitais estabeleçam um Plano de Classificação dos Documentos e incorporem o uso das tecnologias de informação e comunicação nos processos de gestão dos documentos e de disseminação e de acesso as informações orgânicas.

REFERÊNCIAS

- HORA, Raquel Santos da. **A disseminação arquivística e os mecanismos de acesso às informações dos hospitais vinculados à UFBA.** Salvador, 2015, 88p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal da Bahia - Instituto de Ciência da Informação. Salvador, 2015. Orientador: Prof. Dr. Francisco José Aragão Pedroza Cunha.
- CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza. **Mecanismos de difusão de conhecimento gerenciais entre os sistemas e redes de atenção à saúde: gestão de documentos bases para a aprendizagem e inovação organizacional em hospitais.** PPSUS (Programa de Pesquisa para o SUS). 2013. 48 p.

SALVAGUARDA DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS AUDIOVISUAIS DIGITAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS

Antonio José Barreto Santos

Estudante do Curso de Graduação em Arquivologia/UFBA
Bolsista PIBIC-CNPq (2013-2014)
Bolsista PIBIC-FAPEB (2014-2015)

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA
Bolsista de Produtividade pelo CNPq

O projeto de pesquisa, em andamento, tem o objetivo de analisar o estado geral dos arquivos audiovisuais em setores arquivísticos de instituições públicas (num primeiro momento em instituições federais), com foco na política adotada, conteúdo dos documentos, conhecimentos da instituição produtora sobre preservação audiovisual digital, entre outros aspectos.

Em março de 2013 se iniciou a 2ª fase da investigação. Em sua primeira fase, entre 2005 e 2007 (pesquisa pioneira em Salvador), a pesquisa permitiu reunir dados sobre 109 instituições federais, 65 estaduais e 42 locais, em Salvador. Das instituições pesquisadas, 35 tinham documentação audiovisual em seu arquivo. É com estas instituições, para o período de 2013-2016, que estamos trabalhando na continuidade da investigação, depois de passados 10 anos dos resultados obtidos na 1ª fase. Dados de outras 30 instituições, de diferentes cidades de 10 estados brasileiros foram adicionados à investigação. Importante destacar a exposição dos resultados das visitas técnicas em outros estados, tornando imprescindível o questionamento sobre metodologia, procedimentos técnicos e mão de obra utilizada, a fim de realizar um comparativo com a realidade das instituições federais de Salvador. Que, infelizmente não são tão diferentes.

A retomada da pesquisa, realizada no âmbito do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais – CRIDI, permite fazer um comparativo e compreender a evolução, ou não, do trabalho de reconhecimento e preservação do patrimônio mantido nestas instituições.

É neste viés de preservação arquivística audiovisual digital que se contextualiza o plano de pesquisa do autor principal deste resumo, bolsista PIBIC-FAPESB, relativo à pesquisa atualmente em andamento, a respeito dos requisitos mínimos necessários para a preservação da documentação audiovisual nos meios digitais, em VHS, betacam, betamax, entre outros.

A fundamentação teórico-metodológica se baseia na elaboração de uma proposta de preservação arquivística audiovisual digital, analisando e observando as mudanças e transformações que ocorreram e ocorrem no universo analógico e digital. Os objetos investigados devem ser analisados como em constante transformação.

Uma abordagem que deve ser discutida é sobre o que se deve digitalizar e qual a forma mais adequada para realizar tal procedimento. Pois a digitalização do material audiovisual feito de forma incorreta, poderá causar perdas de informações e até desaparecimento total da informação.

Para a execução da pesquisa vimos utilizando procedimentos do método comparativo, a fim de realizarmos a comparação entre os dados coletados e avaliar como se encontram as instituições atualmente. Entre os procedimentos podemos destacar: analisar fatos, discutir conceitos e categorias, organizar questões prioritárias.

No que se refere às técnicas, necessárias para conhecermos o contexto da produção e preservação do documento audiovisual digital, adotou-se pesquisa bibliográfica, contato com os membros das instituições, visitas técnicas e questionários online.

Durante esse período decorrido na pesquisa (2013-2015), já se podem constatar resultados preciosos, que atestam o desenvolvimento e o compromisso do Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI). Pode-se citar a participação em eventos científicos para a disseminação da pesquisa e o aprimoramento teórico sobre documentos audiovisuais digitais e visitas técnicas em relevantes instituições das cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, além da atualização de pesquisa sobre as dimensões do problema em acervo audiovisuais.

No decorrer da atual fase da pesquisa tivemos acesso a uma grande quantidade de fontes de conhecimento que, dentre outras coisas, abordavam problemas enfrentados em acervos audiovisuais no Brasil e no mundo. Os problemas geraram discussões, por meio das quais tentamos compreender e debater a melhor forma de amenizá-los ou resolvê-los. Por ser uma pesquisa de natureza exploratória. Inicialmente houve uma investigação sobre as instituições que seriam visitadas (endereço, e-mail, responsável pelo setor e telefone). Com esses dados em mãos definimos a distribuição, entre os bolsistas de iniciação científica, das 35 instituições iniciais com que trabalhamos, na cidade de Salvador, para a realização da coleta de dados de forma presencial com os colaboradores. Foi na coleta de dados que teve início, propriamente dito, a pesquisa nesta segunda fase, com a busca exaustiva por informações que pudessem colaborar para análise e reflexão do objeto.

Outro aspecto importante é que a política de organização arquivística na esfera pública demonstra-se pobre. Existe muita improvisação para tratar estes acervos. Além da descontinuidade das ações e projetos, há escassez de recursos (humanos, materiais e financeiros) e estruturas inadequadas. Esta realidade pode tornar a documentação inacessível. É

necessário destacar que essa documentação tem um valor histórico e cultural, importante para a memória local e nacional. Portanto há necessidades de tratamento especial antes de iniciar-se a digitalização, porque, possivelmente a documentação está muito frágil por falta de condições adequadas para a conservação e guarda.

REFERÊNCIA

SILVA, Rubens R.G.. **Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual**. Anais do II SECRIDI- Seminário CRIDI de Pesquisa, Salvador, 10jun2014. Disponível em: <http://www.secridi.ici.ufba.br/modulos/submissao/Upload-221/60167.pdf>. Acesso em: 28jun2015

SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS ANALÓGICOS (NÃO DIGITAIS) EM INSTITUIÇÕES PUBLICAS (FASE 2 DE 4)

Mateus Silva França

Estudante do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades/UFBA
Bolsista PIBIC-UFBA (2014-2015)

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA
Bolsista de Produtividade pelo CNPq

O plano de trabalho “Salvaguarda de acervos audiovisuais analógicos (não digitais) em instituições públicas (Fase 2 de 4)” é parte integrante do projeto intitulado “Desafios e alternativas digitais para salvaguarda e difusão do patrimônio público documental arquivístico audiovisual”, que tem como objetivo geral formular abordagens teóricas e conceituais e procedimentos técnicos orientados à salvaguarda de documentação audiovisual, à conversão digital, à preservação destas versões digitais e ao acesso remoto a documentos permanentes de acervos arquivísticos audiovisuais para criar um modelo para garantir a salvaguarda dos acervos audiovisuais para as instituições públicas. A finalidade do plano de trabalho está na pesquisa relativa à salvaguarda do acervo audiovisual analógico, com levantamentos e análises bibliográficas e reflexão sobre problemas identificados em instituições públicas na cidade de Salvador. A metodologia utilizada na pesquisa são os procedimentos do método comparativo e da pesquisa de ação, juntamente com técnicas específicas de coleta de dados, como a documentação indireta, para a pesquisa bibliográfica e a navegação na internet, a documentação direta, através da observação intensiva e da observação extensiva.

Foram realizadas atividades no período da vigência da bolsa do autor principal, como a participação em treinamento para uso de software de elaboração de questionários e visualização gráfica online, com os questionários respondidos na primeira etapa do projeto (2005-2007). Após esta etapa ocorreu a atualização das dimensões do problema, identificado nos questionários. Para facilitar na coleta de dados, foram adquiridos dois *tablets* Samsung, um *tablet (i-pad)* Apple e um computador (*notebook*) Macbook. Foram realizadas leituras e fichamentos de artigos, manuais, teses, entre outros, indispensáveis para o trabalho de pesquisa; organização de metodologia para interpretação dos conceitos assimilados nas leituras e nas reuniões semanais; padronização de um formato para fichamentos das referências bibliográficas e elaboração de apresentação oral e comunicação escrita em eventos científicos extensionistas. Foram também realizadas visitas técnicas em instituições públicas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, nas três últimas apenas pelo co-autor. Logo após esta etapa foram discutidos, em reuniões semanais, os relatos das visitas técnicas, com análise dos fatos, discussão de conceitos e categorias, sistematização e interpretação dos dados coletados nas visitas técnicas. Todos os encontros e reuniões administrativas da equipe do projeto são registradas em atas, que posteriormente são digitalizadas para consulta em ambiente do NovoMoodle, denominado Projeto PQ2 (de acesso restrito para integrantes do grupo CRIDI). Ainda como experiências adquiridas pelo autor bolsista de iniciação científica deste resumo, tivemos a elaboração de relatórios da pesquisa, sintetização do plano de trabalho e das atividades realizadas para os financiadores da pesquisa e a elaboração e submissão de artigos a publicações periódicas.

Através das análises das visitas técnicas a instituições públicas em Salvador e de conceitos estudados, percebemos que há uma inexistência de ações de salvaguarda dos acervos audiovisuais, resultante da falta de suporte do poder público em relação a esses arquivos. Nas visitas técnicas constatamos, em muitas instituições ou seus setores específicos, a precariedade das instalações, muitas das mídias que lá estão armazenadas encontram-se em avançado estágio de deterioração, chegando a um estado crítico de inutilidade de algumas, que com o manuseio se esfurelam, as altas temperaturas, iluminação, o excesso de umidade devido a infiltrações, o acúmulo de sujeira, alterações bruscas no manuseio, que causam a deformação física do suporte, esses fatores geram a diminuição da vida útil das mídias e conseqüente-

mente a perda das informações contidas nestas. Além da precariedade das estruturas, outro empecilho para a eficiência da salvaguarda dos acervos audiovisuais é a falta de funcionários qualificados para manusear os arquivos, contratando-se pessoas não capacitadas para esta função, indivíduos que muitas vezes sequer têm conhecimento dos procedimentos básicos para o armazenamento e o manuseio apropriados dos arquivos audiovisuais, como criar um objetivo institucional e definir o seu público alvo, documentar a informação através da descrição devida, a classificação, a conservação, para dar condições de sobrevivência ao objeto, dar acesso interno e externo, ou seja, difundir a informação contida no objeto. Esses procedimentos básicos têm custo relativamente baixo, e podem prevenir a deterioração futura do acervo audiovisual. Todo sistema de conservação de acervos audiovisuais depende da ação humana, se não houver profissionais qualificados não haverá eficácia e eficiência na salvaguarda dos acervos, perdendo-se, assim, um grande valor histórico e cultural da sociedade.

Foram alcançados alguns resultados específicos parciais para o autor bolsista de iniciação científica, como o desenvolvimento e a capacidade de investigação teórico-metodológica e sua aplicação prática, refletir sobre possibilidades de conhecer e agir no contexto em que vivemos, integração de conhecimento e reunião de subsídios para a compreensão dos problemas relacionados à digitalização de imagens em movimento. As comparações entre as visitas técnicas realizadas nas instituições públicas, a interpretação dos dados coletados por meio dos questionários respondidos pelos gestores dos acervos e o embasamento teórico sobre os arquivos audiovisuais, resultarão, também na publicação de um livro sobre a temática, para breve, como um de nossos produtos.

**SALVAGUARDA DE ACERVOS AUDIOVISUAIS EM
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DAS TRÊS ESFERAS: Um
Caminho entre Teorias e Práticas sobre Ciência
da Informação**

João Ricardo Chagas dos Santos

Graduado em Sistemas para Internet/UNIFACS
Bolsista CNPq de Apoio Técnico
à Pesquisa - Nível Superior A1 (2013-2016)

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA
Bolsista de Produtividade pelo CNPq

O principal objetivo do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo autor principal deste resumo, bolsista CNPq de Apoio Técnico à Pesquisa – Nível Superior (AT-NS1), é atuar na assistência à pesquisa em todas as etapas dos 36 meses iniciais previstos para este projeto, especialmente auxiliando na supervisão dos 15 bolsistas PIBIC previstos para os três primeiros anos da execução do projeto, bem como da bolsista de Iniciação Científica contemplada por meio de Edital CNPq de Chamada Universal. O autor bolsista AT também atua no acompanhamento e controle efetuados por meio de software de gestão de projetos previsto para esta pesquisa. O contato do autor bolsista com os pesquisadores principais do projeto tem sido constante. Novas tecnologias de hardware e de aplicativos de gestão de projetos vêm sendo experimentadas para a execução do projeto.

Debruçar-nos sobre as problemáticas relativas à preservação de acervos e documentos audiovisuais e compreender um pouco a Ciência da Informação tornaram-se desafios importantes para o autor bolsista na busca pelo saber, atualmente, com um nível maior de amadurecimento. Uma compreensão empírica sobre como os processos são realizados foi possível a partir das visitas técnicas às instituições públicas que possuem acervos e documentos audiovisuais nas cidades de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, as três últimas melhor estruturadas com relação às políticas de salvaguarda documental audiovisual definidas pela UNESCO, IASA e FIAF. A partir disso surgem inquietações sobre problemáticas apontadas na literatura, no que se refere às estratégias de preservação digital, quando se pode observar durante as visitas técnicas que muitos acervos de instituições públicas das três esferas governamentais em Salvador sequer migraram do meio analógico.

Durante o período de contato direto com o meio acadêmico, fomentado pela postura do Grupo CRIDI, que visa, acima de tudo, a capacitar e desenvolver seus membros e bolsistas para uma possível carreira acadêmica e científica, foi possível apreender técnicas e métodos científicos que proporcionaram o cumprimento de alguns objetivos específicos do plano de trabalho ao qual o autor bolsista AT está submetido. Dentre esses destacam-se a co-autoria em três comunicações escritas e/ou orais em eventos científicos e/ou extensionistas, participação na elaboração de dois artigos científicos para publicação em periódico nacional e participação na elaboração de um artigo científico para publicação em periódico internacional, este último em pleno desenvolvimento para o VII

Encontro Ibérico EDICIC 2015 que será celebrado em Madri no próximo mês de novembro.

Outro ponto importante é a compreensão de editais de fomento à cultura e pesquisa científica de modo a capacitar o autor bolsista AT a gerenciar projetos de pesquisa científica. O desdobramento desse aprendizado, que requer tempo e prática, revela também uma interessante comunhão entre o autor bolsista e o grupo de pesquisa. Não obstante o olhar à frente do tangível, o autor bolsista revela-se cada vez mais entusiasmado para compreender e aprender o que outros grupos científicos têm elaborado e feito em prol da salvaguarda de documentos e acervos digitais audiovisuais.

Uma das escolhas do autor bolsista foi preparar-se para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, para o Mestrado, e como parte desta preparação, ingressou, sequencialmente, em três disciplinas, como aluno especial, iniciando por Semiótica e Informação, Arquivos de Sons e Imagens em Movimento e, por último e mais atual, Tecnologias da Informação e Comunicação.

Retomando as ações no Grupo CRIDI, o autor bolsista encontra-se num período de importantes produções e participações. Uma dessas participações ocorreu ainda no ano de 2014 quando, durante a viagem de visita técnica ao Rio de Janeiro, junto com o co-autor deste resumo, fora convidado a participar da 9ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, mais especificamente acompanhado de seu co-autor no seminário “Desafios Continentais de Educação e Preservação Audiovisual em Rede” com a temática “História, Preservação e Educação”. Naquela mesa internacional, composta por autoridades no assunto, estavam representantes do Brasil, de Moçambique, Cuba, Uruguai e Peru. O co-autor apresentou os resultados parciais da pesquisa corrente do Grupo CRIDI.

Outra importante etapa, já em andamento, é preparar o site do CRIDI para receber a tradução em mais três idiomas estrangeiros: inglês, espanhol e francês. Para tanto, será aplicado um treinamento de uso do sistema de gerenciamento de conteúdo através da plataforma Wordpress ministrado pelo autor bolsista para os bolsistas de iniciação científica e para o próprio pesquisador líder do Grupo CRIDI, co-autor deste resumo. Equitativamente relevante está a participação na análise dos dados coletados na segunda etapa da pesquisa e sua inserção na plataforma de criação e gestão de resultados estatísticos SurveyMonkey (versão Gold), adquirida e utilizada pelo grupo CRIDI para gerar os formulários de pesquisa e resultados estatísticos que, por sua vez, estarão disponíveis em seu site.

Conclui-se que, com a inserção em um grupo de pesquisa atuante como o CRIDI, há bastante importância na contribuição para com a formação acadêmica, com apuro científico no desenvolvimento do autor bolsista. Concomitantemente, este caminho leva o autor bolsista a inquietar-se com o que está posto e buscar novas soluções para problemas da humanidade que se reinventam, assim como a vida.

REFERÊNCIA

SILVA, Rubens R.G.. **Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual**. Anais do II SECRIDI - Seminário CRIDI de Pesquisa, Salvador, 10jun2014. Disponível em: <http://www.secridi.ici.ufba.br/modulos/submissao/Upload-221/60167.pdf>. Acesso em: 28jun2015

TÓPICOS PARA A PRESERVAÇÃO DE UM FUTURO POSSÍVEL

Cíntia de Figueiredo García

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Espanhol/UFBA
Estudante do Curso de Graduação
em Biblioteconomia e Documentação/UFBA
Bolsista CNPq-IC (2013-2016)

Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Professor Titular ICI/UFBA
Bolsista de Produtividade pelo CNPq

Atualmente, quase toda a produção de informação (privada e pública) é armazenada em meios digitais. A impressão que se tem é de que a digitalização eterniza a informação. Mas, a realidade tem mostrado que, mesmo com as possibilidades de transferência de dados entre suportes, uma importante porcentagem de arquivos audiovisuais não pode ser recuperada por várias razões. Problemas como a vulnerabilidade das mídias analógicas, obsolescência das mídias digitais, dependência tecnológica de equipamentos, falta de espaço físico para armazenamento e complexidade da descrição de arquivos visuais são desafios enfrentados para a salvaguarda do patrimônio público audiovisual.

No decorrer da trajetória como bolsista CNPq – IC, no Projeto de Pesquisa intitulado *Desafios e Alternativas Digitais para a Salvaguarda e Difusão do Patrimônio Público Documental Arquivístico Audiovisual*, em desenvolvimento no Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI), constatamos a importância da reflexão e ação relacionadas com a preservação do patrimônio audiovisual público.

A realidade dos acervos audiovisuais municipais, estaduais e federais das cidades-foco da pesquisa (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) é objeto de estudo pelo CRIDI. Para dar conta da multiplicidade de fatores que envolvem a preservação de arquivos audiovisuais, o grupo de pesquisa tem dotado seus membros de um instrumental que vai desde capacitação teórico-metodológica até conhecimentos sobre etapas essenciais, tais como a indexação de arquivos audiovisuais, por exemplo.

Através de um curso online, financiado com recursos do CRIDI, com o suporte do CNPq, foi possível, à autora principal deste resumo expandido, detectar a vulnerabilidade no acesso aos arquivos audiovisuais, a partir mesmo da representação de seus conteúdos. O curso *Capacitación en preservación de la memoria audiovisual*, de três meses de duração, foi realizado pela Instituição Centro Redes, Argentina, uma unidade associada ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

Paralelamente ao curso, parte essencial da formação inicial acerca da temática dos arquivos/acervos audiovisuais, desenvolve-se um plano de trabalho para um período de três anos, com suporte do CNPq. Utilizando como base os dados coletados em 35 instituições públicas depositárias de acervos audiovisuais, visitadas em Salvador entre 2005 e 2007, buscou, naquela primeira fase, caracterizar e analisar os acervos/arquivos audiovisuais e seu estado de conservação, em face das inovações tecnológicas. Igualmente, objetivou repensar o desenvolvimento de estratégias e técnicas para a preservação dos mesmos em instituições públicas, municipais, estaduais e federais.

A partir do exercício de migração dos dados dos questionários impressos da primeira fase (2005-2007), realizado pelos bolsistas de iniciação científica, utilizando a plataforma Survey Monkey Gold (ferramenta de elaboração de questionário e visualização gráfica online), revisitamos aquelas instituições públicas depositárias de acervos, em Salvador.

Em muitas instituições revisitadas foram encontrados itens audiovisuais em diversos suportes, desde os mais comumente utilizados, como também BETACAM, fitas VHS, U-MATIC, filmes 35 mm. Outras instituições, que possuíam acervo audiovisual declarado na primeira fase da pesquisa, já não o possuíam mais, por doação, incorporações, ou que nada havia sido atualizado. Vale ressaltar que algumas das instituições nessa situação são diretamente relacionadas com turismo, ou seja, com elementos significativos do patrimônio cultural.

Assim, várias questões foram suscitadas, diante da situação em que se encontram os acervos audiovisuais revisitados. O acesso aos arquivos audiovisuais, por exemplo, é que irá nortear o caminho da sua preservação, pois não basta preservar apenas para conservar por longo tempo, devendo-se garantir o acesso por meio de eficaz indexação e tratamento arquivístico diferenciado, ações de disseminação da informação e iniciativas culturais para a conscientização da construção da identidade cidadã, universalização do acesso e da importância da preservação do patrimônio audiovisual. Dessa forma, os resultados da pesquisa configuram uma realidade preocupante no tocante à existência e preservação do acervo audiovisual das instituições revisitadas e a necessidade da continuidade da pesquisa na detecção e promoção de soluções para a salvaguarda do patrimônio audiovisual público.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. M. R. H. de. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 54-76, jan./abr. 1995.
- CABRAL, Maria Luisa. **Amanhã é sempre longe**: crônicas de P & C. Lisboa: Gabinete de Estudos, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2946.pdf>> Acesso em: 2 maio. 2015.
- COSTA, Alessandro Ferreira. **A Gestão Arquivística na era do cinema digital: formação de acervos de documentos digitais providos da prática cinematográfica**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 236 f., 2007.
- EDMONDSON, Ray. *Filosofia e princípios da arquivística audiovisual*. Trad. Carlos Roberto de Souza. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Preservação Audiovisual/Cinematoteca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2013. 224p.
- SILVA, Rubens R. G. da. Fundamentos, desafios e alternativas para a salvaguarda e difusão de patrimônio documental fotográfico, audiovisual e sonoro. **Revista Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 3, p.492-509, set./dez. 2011 [publicada somente em 2013].

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE UMA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA: A Experiência do Arquivo Público do Estado da Bahia (1890-1990)

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Professora Adjunta ICI/UFBA

Diretora APEB/FPC/SecultBA

Rita de Cássia Santana de Carvalho Rosado

Professora Adjunta/UNEB

Coordenadora APEB/FPC/SecultBA

Este resumo apresenta resultados do projeto de pesquisa “Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB): 1890 - 1990”, em desenvolvimento desde o ano de 2011. Trata-se de um estudo de caráter descritivo e exploratório, fundamentado em fontes documentais produzidas e acumuladas pelo próprio APEB, notadamente, ofícios, relatórios, regimentos e regulamentos.

A literatura arquivística sublinha diversas abordagens cronológicas para balizar o estudo da história dos arquivos e/ou instituições arquivísticas. Contudo, é possível observar o incremento da produção acadêmico-científica sobre a temática na década de 90 do século XX, registrando o interesse pelo conhecimento das origens e circunstâncias que determinaram a evolução dos arquivos (MORENO, 2004, p.77). No entanto, poucos estudos, até o momento, tem se dedicado a resgatar a história dos arquivos e as características mais notórias, que determinam o uso e a representação social dos mesmos, capazes de evidenciar a experiência das instituições arquivísticas.

Assim como os demais Arquivos Públicos Estaduais do Brasil, o APEB se institucionalizou com o advento da República (MEDEIROS; ARAÚJO, 2007, p.32). Ao longo de 65 anos do Brasil monárquico, compreendidos entre 1824 e 1889, identificou-se a criação de apenas 3 Arquivos Provinciais: São Paulo (1842), Sergipe (1848) e Paraná (1855). Enquanto que no período republicano foram criados, aproximadamente, 22 Arquivos Públicos Estaduais, correspondendo a unidades da federação (MATOS; ROSADO, 2012, p.42-43).

No ano de 1888, momento que antecedeu a criação do APEB, Francisco Vicente Vianna, jornalista e político, que veio a ser o primeiro diretor do APEB, publicou em 12 números do *Diário da Bahia*, no período de 21 de outubro a 4 de dezembro, artigos em defesa da formação de um Arquivo Público Provincial (VIANNA, 1890, p.3). A iniciativa de levar ao conhecimento do público sobre a urgência de criar um arquivo deveu-se a uma consulta que fez ao arquivo da Secretaria do Governo, para fim de estudos histórico, e verificou na ocasião o estado precário de conservação dos documentos (MATOS; ROSADO, 2013, p.244).

Paralelamente, na Câmara dos Deputados, o baiano, Innocencio Marques de Araujo Góes, em 16 de outubro do mesmo ano, pronunciou-se em relação ao “[...] inqualificável abuso, com a acquiescencia do governo, vasculharem-se os archivos das repartições e retirar d’ellas os livros que conviesse [...]” (VIANNA, 1890, p.6). Destacando, inclusive, sobre

a transferência de documentos pertencentes à Bahia para a Biblioteca da Corte, hoje Biblioteca Nacional do Brasil.

O Ato Governamental de criação do APEB expedido em 16 de janeiro de 1890, por Manuel Victorino Pereira primeiro Governador do Estado da Bahia, oficializou, portanto, as reivindicações registradas. Em 22 de janeiro do mesmo ano, o Governador nomeou o Francisco Vicente Vianna para diretor da “nova repartição”.

Oficializada a criação do APEB, iniciam-se os esforços com vistas à constituição do acervo documental, seja por meio de ofertas de documentos, de recolhimento e da incorporação de documentos e acervos. É possível verificar que o acervo do APEB reúne documentos raros, manuscritos originais, produzidos à época do Brasil Colonial. Importante, destacar que a condição sede do Governo Geral do Estado do Brasil (1549-1763), aliada à localização geográfica estratégica fez da cidade de Salvador, também, capital do Atlântico Sul, para onde convergiam documentos oficiais da Coroa Portuguesa (MATOS; ROSADO, 2012, p. 41). Portanto, a realidade vivida por Salvador no citado período deu ao APEB o privilégio de custodiar parte significativa da memória nacional.

De 1890 a 1984, o APEB esteve sob as normas de 5 regimentos produzidos e oficializados, respectivamente, nos anos de: 1890, 1920, 1950, 1967 e 1984. (MATOS; ROSADO, 2012, p.45). Entre os pontos considerados relevantes destacados nos regimentos é possível compreender que a formalização do espaço institucional do APEB, viabilizou o recolhimento de documentos públicos da capital e no interior, assegurando a preservação e a guarda da memória do Estado da Bahia. Por outro lado, também, é possível admitir que os regimentos acompanhem a mentalidade e a realidade política do momento. A Bahia, não representava uma exceção. Até o momento, em questão, era a tendência dos demais Arquivos Públicos Estaduais.

De 1890 a 1984 o APEB foi legalmente institucionalizado. Desempenhou o papel compatível com a missão delegada de prover o Estado de um local de produção de conhecimento a respeito do passado, bem como um lugar simbólico que resguardava a unidade histórica da Bahia, até os anos 1984.

REFERÊNCIAS

MATOS, Maria Teresa N. de Britto; ROSADO, Rita de Cássia de C. Memória do Arquivo Público do Estado da Bahia, 1890-1984. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.26, nº2, p. 243-255, jul./dez., 2013.

_____. A institucionalização do Arquivo Público do Estado da Bahia: 1890-1990.

Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 12, nº 1, p.39-58, jan./jun., 2012.
MEDEIROS, Bruno Franco; ARAÚJO, Valdei Lopes de. A história de Minas como história do Brasil. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ouro Preto, nº 1, p. 24-37, jan./jun., 2007.
MORENO, Agustin Vivas. El tempo de la archivística: um estúdio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.
VIANNA, Francisco Vicente. **Exposição feita ao Exmo. Governador marechal Hermes Ernesto da Fonseca sobre motivos para ser regulamentado o serviço do Archivo Público do Estado da Bahia**. Bahia: Typographia do “Diario da Bahia”, 1890.

TRANSPARÊNCIA ATIVA NA BAHIA: Uma Análise do Sítio da Ouvidoria Geral do Estado

Francisca Mattos

Doutoranda em Ciência da Informação PPGCI/UFBA
Bolsista FAPESB 2014-2015

A lei 12.527/11 foi promulgada com o objetivo de regular o acesso à informação prevista na Constituição Federal de 1988. Trata-se de uma norma que pretende ser instrumento de transformação social, auxiliando na mudança da cultura de sigilo das informações de caráter público para a cultura do acesso. Para tanto, ela contempla duas dimensões deste direito, quais sejam, a passiva e a ativa.

A primeira obriga que os órgãos públicos prestem informações de interesse geral ou coletivo quando demandados por qualquer interessado. Por sua vez, a segunda determina que informações de interesse coletivo ou geral devem ser divulgadas *ex officio* pelos órgãos públicos em lugar de fácil acesso, inclusive na internet, independente de solicitação. A lei prevê um rol mínimo de informações que os órgãos e entidades públicas estão obrigados a divulgar, inclusive *online* (exceto municípios com menos de 10.000 habitantes, que não precisam fazê-lo na rede mundial de computadores). De acordo com o art. 8 desta norma, são elas: registro das competências e estrutura organizacional do órgão, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; registros das despesas; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. A administração pública acredita que a divulgação espontânea do maior número de informações possível diminui a demanda

passiva, o que reduz trabalho e custos relacionados ao processamento e gerenciamento dos pedidos.

Por se tratar de uma norma federal, ela é aplicável a todo o território nacional. Contudo, ela determina que cada estado e cada município a regulamente, adequando-a a sua realidade, sem ultrapassar os limites nela estabelecidos. Nesse sentido, o poder legislativo do Estado da Bahia editou a lei estadual n. 8.460/13, que reiterou o teor do art. 8 da Lei de Acesso à Informação, o que significa dizer que todos os órgãos estão obrigados a disponibilizar, no mínimo, aquele rol de informações citadas acima.

Para auxiliar a correta implementação da página de acesso à informação nos sítios de órgãos e entidades estaduais e municipais, a Controladoria Geral da União (CGU) elaborou um guia para orientá-los na divulgação de informações públicas de forma proativa, contendo sugestões sobre os seguintes aspectos: padrão para identificação da seção “Acesso à Informação” do sítio eletrônico institucional dos órgãos/entidades (incluindo “banner e item de menu”); nomenclatura padrão do conteúdo da seção específica sobre acesso à informação; orientações sobre conteúdos a ser disponibilizados (incluindo “orientações gerais para a criação da seção”, e “diretrizes para disponibilização de conteúdo mínimo obrigatório”).

Os Estados não são obrigados a seguir as determinações do referido guia. Contudo, a CGU munuiu-se das melhores práticas para oferecer ao cidadão o máximo de padronização possível, com a finalidade de que todo sítio de órgão público se torne referência em transparência, facilitando a localização e a obtenção das informações. Tal fato, cremos, se constitui em uma das razões pelas quais a União está mais adiantada no que tange à efetivação desta lei em relação aos demais entes federativos.

Podemos fazer uma analogia entre este guia e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Padronizar a informação disponibilizada ao usuário é um tema caro à Arquivologia, que conta com regras próprias. Nesta seara, sabe-se que utilizar uma norma que balize este tipo de trabalho não engessa, ao contrário, oferece consistência ao fazer arquivístico, constituindo-se numa maneira de conciliar tradições técnicas diversas, dado seu alto grau de generalidade. O que se busca é “garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas”, bem como contribuir “para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas”. Elas “habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação”. Tal qual o citado documento, a NOBRADE “tem por objetivo estruturar a in-

formação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas” (CONARQ, 2006, p. 10).

Desta forma, por meio de uma pesquisa descritiva (em andamento) que utilizará o método do estudo de caso, pretende-se elaborar uma análise do sítio da Ouvidoria Geral do Estado (OGE) tomando como baliza o “Guia para criação da seção de Acesso à Informação nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades estaduais e municipais”, editado pela CGU. Optou-se pelo sítio da OGE tendo em vista o fato de que este é um dos canais abertos entre o cidadão e o Governo, que tem como objetivo receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, denúncias e elogios. Ademais, a este órgão foi atribuída a responsabilidade de receber os pedidos de acesso à informação no estado (transparência passiva), o que aumenta a importância desta escolha.

Assim, acredita-se que o presente trabalho contribui para aprofundar as discussões acerca da efetividade da dimensão ativa da Lei de Acesso à Informação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei n. 12.527: Lei de acesso à informação** – Poder Executivo Federal, 2011 – 2012. Brasília, mai. 2013. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/acessoinformacao.gov/publicacoes/SumarioExecutivo_1anoLAI.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2013.
- CRUZ, Emilia. **O direito à informação governamental: questões acerca da positividade e legitimação de um direito fundamental**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 370-382, nov. 2013.
- GRUMAN, Marcelo. **Lei de acesso à informação: notas e um breve exemplo**. *Revista Debates*, Porto Alegre, vl.6(3), p.97, 2013.
- HOCH, Patricia A., RIGUI, Lucas M; SILVA, Roseane Leal da. **Desafios à concretização da transparência ativa na internet à luz da lei de acesso à informação pública: análise dos portais dos Tribunais Regionais Federais**. *Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global*, Santa Maria, v.1 (2), p.257, 2013.
- JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.
- _____. **Arquivos, transparência do estado e capacidade governativa na sociedade da informação**. Jan. 2001. Disponível em: <<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3350/1/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.
- INDOLFO, Ana Celeste. **Percepções dos servidores federais sobre a implementação da Lei de Acesso a Informação nos serviços arquivísticos**. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 536-550, nov. 2013.
- OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA. **O que é a ouvidoria?** [2014a]. Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/sobre/#sthash.3DIPJeBW.dpuf>>. Acesso em: 27 out. 2014.
- _____. **Relatório das ações 2013**. [2014b] Disponível em: <<http://www.ouvidoriageral.ba.gov.br/relatorio/>>. Acesso em: 27 out. 2014.

Apoio:



Realização:



Apoio:

